



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DANIEL LIMA CHAVES**

**DIREITO À EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PROFISSIONAL  
DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Daniel Lima Chaves**

**Direito à educação: desafios e perspectivas para o profissional do serviço social no contexto educacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFT – Universidade Federal do Tocantins.

Linha de pesquisa: a) Serviço Social e Políticas Sociais.

Orientador (a): Profa. Dra. Eliane Marques de Menezes Amicucci.

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C512d Chaves, Daniel Lima.  
Direito à educação: desafios e perspectivas para o profissional do serviço social no contexto educacional. / Daniel Lima Chaves. – Miracema, TO, 2024.  
67 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2024.  
Orientadora : Eliane Marques de Menezes Amicucci.
1. Serviço social. 2. Educação. 3. Neoliberalismo. 4. Direito à educação. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DANIEL LIMA CHAVES

DIREITO À EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PROFISSIONAL  
DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em Serviço Social e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dra. Eliane Marques de Menezes Amicucci - Orientadora – UFT.

---

Prof. Dra. Marcela Silva – Examinadora – UFTB.

---

Prof. Dra. Giselli de Almeida Tamarozzi – Examinadora - UFT.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga a atuação dos assistentes sociais na educação básica brasileira, analisando os desafios e possibilidades decorrentes das desigualdades estruturais e das contradições neoliberais. A pesquisa reflete como o modelo neoliberal, ao priorizar o mercado em detrimento do papel do Estado, aprofunda desigualdades educacionais e limita o acesso à educação pública de qualidade. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa com análise documental, triangulando dados legislativos, projetos político-pedagógicos (PPPs), a partir da perspectiva de assistentes sociais que trabalham na educação básica estadual no município de Miracema/TO, bem como, relatórios escolares de Miracema/TO. Identifica avanços, como a Lei 13.935/2019, que inclui assistentes sociais e psicólogos na educação básica, e iniciativas promissoras, como a Busca Ativa Escolar e intervenções socioemocionais, que mostram impacto positivo na redução da evasão escolar e na inclusão educacional. Os resultados destacam desafios estruturais, como a precariedade da infraestrutura, o subfinanciamento público e a falta de formação continuada para profissionais. O trabalho do Serviço Social é apontado como importante na mediação entre escola, família e comunidade, contribuindo para o enfrentamento de expressões da questão social, como violência, exclusão e abandono escolar. A dissertação conclui que a efetivação do direito à educação exige políticas públicas intersetoriais, maior investimento em infraestrutura e a valorização do Serviço Social. O assistente social desempenha um papel transformador ao promover justiça social e equidade educacional, enfrentando as barreiras impostas pelo neoliberalismo e garantindo uma educação pública acessível e inclusiva como um direito fundamental.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação. Neoliberalismo. Direito à Educação. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research investigates the role of social workers in Brazilian basic education, analyzing the challenges and opportunities arising from structural inequalities and neoliberal contradictions. The study reflects on how the neoliberal model, by prioritizing the market over the role of the state, deepens educational inequalities and limits access to quality public education. The study adopts a qualitative approach with documentary analysis, triangulating legislative data, political-pedagogical projects (PPPs) from the perspective of social workers working in state basic education in the municipality of Miracema/TO, as well as school reports from Miracema/TO. It identifies progress, such as Law 13.935/2019, which includes social workers and psychologists in basic education, and promising initiatives, such as Active School Search and socio-emotional interventions, which show a positive impact on reducing school dropout rates and promoting educational inclusion. The results highlight structural challenges, such as precarious infrastructure, public underfunding, and the lack of continuous professional development. Social Work is recognized as essential in mediating between school, family, and community, contributing to addressing social issues such as violence, exclusion, and school abandonment. The dissertation concludes that ensuring the right to education requires intersectoral public policies, greater investment in infrastructure, and the recognition of Social Work. The social worker plays a transformative role in promoting social justice and educational equity, overcoming the barriers imposed by neoliberalism and ensuring accessible and inclusive public education as a fundamental right.

**Keywords:** Social Work. Education. Neoliberalism. Right to Education. Public Policies.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Educacionais por Região.....	51
Tabela 2 - Impacto das Políticas Públicas no Ambiente Escolar.....	51
Tabela 3 - Intervenções Sociopsicopedagógicas e Inclusão Educacional.....	52
Tabela 4 - Desafios Estruturais e Possibilidades de Avanço.....	53
Tabela 5 - Contribuições do Serviço Social na Permanência Escolar.....	54
Tabela 6 - Integração do Serviço Social no Ambiente Escolar.....	55
Tabela 7 - Impactos do Neoliberalismo na Educação Básica.....	55
Tabela 8 - Educação e Emancipação Social.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRP	Conselho Regional de Psicologia
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Projeto Ético-Político
PPPs	Projetos Político-Pedagógicos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	A DIALÉTICA DA EXPLORAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	12
2.1	A relação entre exploração, questão social e a atuação do serviço social no capitalismo.....	12
2.2	As políticas sociais no contexto neoliberal.....	16
2.3	A educação no âmbito do capitalismo.....	22
3	A educação e a atuação do serviço social: desafios e possibilidades em equipes multidisciplinares.....	27
3.1	O serviço social na educação: a importância das equipes multidisciplinares para a promoção da equidade.....	27
3.2	O trabalho dos profissionais da educação.....	34
3.3	Atuação do assistente social na educação.....	35
4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	43
4.1	Resultados e discussões.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	63

## 1 INTRODUÇÃO

A política de educação básica brasileira reflete profundamente as contradições sociais que estruturam disparidades no acesso e na qualidade do ensino entre as classes sociais. Indivíduos com melhores condições econômicas têm acesso à educação privada de qualidade, enquanto a maior parte da população depende do ensino público ofertado pelo Estado, que frequentemente é negligenciado em termos de recursos e políticas públicas. Essa desvalorização resulta em uma educação pública deficitária, reforçando desigualdades históricas e comprometendo o papel emancipador da educação.

No contexto da educação básica, a relação de dominação entre as classes sociais é evidente. As camadas economicamente favorecidas possuem maior acesso a oportunidades educacionais e profissionais, incluindo as melhores instituições de ensino superior. Em contrapartida, a população em situação de vulnerabilidade social é frequentemente condicionada a ocupar funções de menor prestígio e elevada carga física no mercado de trabalho, limitando suas possibilidades de ascensão social.

Apesar de alguns avanços nos últimos anos, as desigualdades no acesso à educação persistem no Brasil. Em 2019, cerca de um milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola, especialmente nas faixas etárias de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos (UNICEF, 2021). Essa exclusão educacional é mais prevalente entre grupos historicamente marginalizados, como indígenas, pardos e pretos, com maior impacto nas regiões Norte e Centro-Oeste<sup>1</sup>. A pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, com o fechamento das escolas intensificando as desigualdades e afastando ainda mais os alunos em situação de vulnerabilidade do direito à educação.

Esse contexto exige uma reflexão crítica sobre o papel do assistente social na garantia do direito à educação. O profissional de Serviço Social, ao atuar no campo educacional, encontra desafios que vão desde a articulação de políticas públicas até a identificação e enfrentamento das expressões da questão social no ambiente escolar. Tais expressões incluem a evasão escolar, o abandono e a precarização do acesso à educação, fortemente influenciados pelas contradições econômicas e sociais do neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> UNICEF. **Situação da Infância e Adolescência no Brasil 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 17 abr. 2025.

O direito à educação de qualidade e universal é fundamental para a construção de uma cidadania plena e para o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, o assistente social desempenha um papel essencial ao articular políticas públicas que assegurem o acesso à educação, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população. A atuação desse profissional demanda a compreensão das complexidades do contexto educacional, incluindo a luta por uma maior equidade na alocação de recursos públicos e o enfrentamento das barreiras impostas pelas desigualdades sociais.

Diante desse panorama, a escolha pela presente temática se justifica pela relevância do debate sobre a inserção do assistente social no campo educacional como um mediador e articulador de direitos, promovendo a equidade e o acesso universal à educação. O estudo busca aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social na educação, bem como destacar as possibilidades de intervenção e contribuições para a transformação social.

A pesquisa adota uma metodologia com abordagem qualitativa, baseada na análise documental e revisão de literatura, utilizando fontes acadêmicas e documentos institucionais. A coleta de informações incluiu a revisão de legislação educacional, análise de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e relatórios de evasão escolar em escolas da microrregião de Miracema do Tocantins. A análise dos dados foi realizada com base na metodologia de análise documental conforme Bardin (2011), buscando identificar padrões, lacunas e desafios no campo educacional.

Nesta apresentação, será abordada a construção da tese que explora o papel do assistente social no contexto educacional, discutindo desde as bases teóricas da exploração capitalista e da questão social, até a análise da atuação desses profissionais nas equipes multidisciplinares e na política de educação básica no município de Miracema do Tocantins, com ênfase nos desafios, possibilidades e contribuições para a transformação social.

O Capítulo 1 - Introdução apresenta o tema, sua relevância, os objetivos e a metodologia adotada na pesquisa. O Capítulo 2 - A Dialética da Exploração, Questão Social no Capitalismo e as Implicações para o Serviço Social discute as bases teóricas da exploração capitalista, a questão social e a inserção do Serviço Social nesse contexto. Dentro desse capítulo, o primeiro subtópico ainda será definido, enquanto o tópico 2.2 analisa as Políticas Sociais no Contexto Neoliberal e o tópico 2.3 discute a Educação no Âmbito do Capitalismo.

O Capítulo 3 - A Educação e a Atuação do Serviço Social: Desafios e Possibilidades em Equipes Multidisciplinares explora o papel do assistente social nas escolas, destacando desafios e oportunidades na atuação em equipes interdisciplinares. Esse capítulo está subdividido, incluindo um primeiro subtópico ainda a ser nomeado (tópico 3.1), seguido por uma análise do trabalho dos profissionais da educação (tópico 3.2) e um estudo mais detalhado sobre a atuação do assistente social na educação (tópico 3.3).

O Capítulo 4 - O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação Básica no Município de Miracema do Tocantins/TO foca na realidade local, investigando a atuação desses profissionais na política educacional do município. Esse capítulo inclui uma abordagem sobre o percurso metodológico da pesquisa (tópico 4.1) e a análise dos resultados e discussões obtidas no estudo (tópico 4.2).

Nas Considerações Finais sintetiza as principais conclusões da pesquisa, destacando a importância da atuação do Serviço Social na educação e propondo recomendações para políticas públicas educacionais que possam contribuir para a redução das desigualdades no acesso ao ensino.

A presente pesquisa busca analisar os desafios e perspectivas enfrentados pelo assistente social no âmbito educacional, com foco nos impactos das contradições do neoliberalismo sobre o direito à educação. O estudo investigou os documentos institucionais e as políticas públicas existentes para identificar os principais entraves e as possibilidades de atuação do assistente social nesse contexto.

Sendo a educação também um campo de atuação do assistente social o presente estudo busca evidenciar os documentos que respondem à seguinte questão: Quais são os desafios e possibilidades que recaem à prática dos profissionais do serviço social nas disparidades existentes entre o direito básico à educação e as contradições sociais no contexto neoliberal?

O objetivo geral é compreender como o Serviço Social pode contribuir para mitigar as desigualdades educacionais, promovendo o acesso universal à educação e enfrentando os impactos das desigualdades estruturais. Para tanto, foi realizada uma análise crítica que considere a trajetória histórica do neoliberalismo e suas implicações para a classe trabalhadora, refletindo sobre como a luta de classes e a dinâmica capitalista perpetuam desigualdades que afetam diretamente o campo educacional.

A proposta visa, portanto, fortalecer a compreensão do papel do assistente social no contexto educacional e ampliar as possibilidades de intervenção profissional, considerando os desafios impostos pelas contradições sociais e econômicas que estruturam a realidade educacional brasileira. Para tanto, como mecanismo importante para este estudo, importa destacar na sua essência que historicamente o avanço do neoliberalismo, e traz resultantes que coloca em risco a vida da classe trabalhadora, mas desde sua gênese à atualidade, perpassando por diversas e profundas transformações, o capitalismo é caracterizado, a níveis sociais e econômicos, por uma veemente contradição que se materializa na chamada luta de classes, em que essa dialética estrutural da sociedade atua como o motor basilar do sistema capitalista em uma constante e dinâmica evolução e difusão. Esse processo, aliado às características do mercado de trabalho, condicionou uma estrutura social imersa à desigualdade social, que repercute em todas as dimensões da sociedade, sobretudo na educação.

## **2 A DIALÉTICA DA EXPLORAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Este capítulo aborda a dialética da exploração e a questão social no contexto do capitalismo, analisando as implicações dessas dinâmicas para o Serviço Social. A partir do referencial teórico marxista e de autores contemporâneos, discute-se como a estrutura capitalista perpetua a exploração da classe trabalhadora por meio da alienação do trabalho e da apropriação da mais-valia. Como também, examina-se o papel do Estado na manutenção dessa lógica, seja através da repressão ou da implementação de políticas sociais fragmentadas, que buscam mitigar os efeitos da desigualdade sem romper com o modelo econômico vigente. O objetivo deste capítulo é evidenciar como o Serviço Social se insere nesse contexto contraditório, atuando tanto como uma ferramenta de mediação e assistência às populações vulneráveis quanto como um instrumento potencial de transformação social, ao questionar as estruturas que perpetuam a exploração e a desigualdade.

### **2.1 A relação entre exploração, questão social e a atuação do serviço social no capitalismo**

De acordo com Marx (2008), a história de todas as sociedades até o contexto atual tem sido a luta de classes. Essa relação dialética entre classes sociais, tem sido o motor que movimenta e girou a história, que em sua totalidade de eventos e fatos, contribui à construção da estrutura da sociedade contemporânea. Segundo o autor, a moderna sociedade burguesa, não aboliu as contradições de classe, apenas inseriu novas classes e novas condições de opressão e dominação, a partir da relação entre burgueses - proprietários dos meios de produção -, e proletários - profissionais explorados por meio do trabalho.

Nesse sentido, uma das condições modernas de exploração, nessa relação entre patrões e empregados, surge a partir da monetização das relações sociais, em que o proletário desprovido de propriedade privada, não tem escolha a não ser vender sua força de trabalho para o burguês, dono dos meios de produção, que ocorre por meio da remuneração salarial, que como explica Marx (2010) não é proporcional ao esforço prestado pelo trabalhador, configurando assim em uma nova forma de exploração.

Essa exploração ocorre por uma série de fatores, que vão desde a alienação da força de trabalho, em que Marx articula o conceito de mais-valia, até os aparelhos de dominação criados pelo Estado para assegurar essa exploração, tais como as medidas de repressão e punição. Wacquant (2012) ressalta o papel do Estado, que reprime a marginalização da sociedade criada por ele próprio em consonância aos interesses capitalistas.

Sendo assim, o Serviço Social se insere intimamente nessas questões, devendo atuar em favor daqueles que são desfavorecidos por essa complexa, ampla e excludente estrutura social de dominação e exploração. Segundo Eurico (2018), o Serviço Social no Brasil se insere em um contexto específico, marcado e determinado pelas características do capitalismo em nosso país. Para a autora,

O Serviço Social brasileiro enfrenta na década de 1980 os mesmos dilemas postos para a sociedade, no árduo processo de redemocratização do país. Do ponto de vista do debate acerca do racismo, o período também é emblemático, e o avanço da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial, seja em âmbito nacional, seja internacionalmente, com certeza incide na profissão. Ora, se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes, que ingressaram na profissão tem grande impacto no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo. A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional (EURICO, 2018, p. 517).

Saad Filho (2018) destaca as contradições existentes nas próprias características da economia brasileira, que está no centro das relações contraditórias entre Estado, setor privado e sociedade civil, que ora tende à completa liberação econômica, no sentido de um Estado mínimo, ora tende à fortificação deste Estado para a garantia da política neoliberal. O autor destaca a influência do chamado novo-desenvolvimentismo na América Latina no início do presente século, como uma alternativa heterodoxa ao neoliberalismo, marcado pelas seguintes prerrogativas:

1) não haverá mercado forte sem um Estado forte; 2) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; 3) mercado e Estado fortes só serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico sustentado com equidade social; e 4) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SAAD FILHO, 2018, p. 151).

Nesse sentido, além das contradições promovidas pela estrutura econômica do país na sociedade, essa própria estrutura é marcada por divergências, contradições e reformas, que alteram minimamente a relação entre mercado, Estado e sociedade, sem, contudo, modificar a estrutura de dominação da sociedade. Para Behring (2008) para se alcançar uma sociedade moderna, com alocação de recursos e em uma estrutura democrática, cabe uma estratégia direcionada para o mercado, que tem no Estado um distribuidor de renda e organizador de uma sociedade heterogênea e dual, rompendo, assim, os círculos político-social.

O primeiro desses círculos refere-se ao populismo econômico e o segundo à contradição da cidadania. Aquele deve ser enfrentado no seu elo mais fraco: a inflação. O político-social, por um pacto sólido e pela política educacional, no médio prazo. Bresser propõe um pacto de modernização em torno dessa proposta, que se inicia com a liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado. Este é o desenho da auto-intitulada reforma e que foi totalmente incorporada como projeto de governo, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (BEHRING, 2008, p. 78).

A autora ainda aponta que

“ao adotar essa política, o governo jogou o país numa armadilha dramática, já que tais serviços não somaram para o equilíbrio do balanço de pagamentos, especialmente porque não são exportáveis. Ao contrário, a tendência é de que as empresas de serviços - privatizadas e desnacionalizadas - passem a importar equipamentos e peças, alimentando o desequilíbrio na balança comercial e a vulnerabilidade aos choques externos. Além disso, considerando que parte da economia passa a ser controlada por não-residentes, o Estado nacional perde sua margem de manobra na definição de políticas e estratégias. Estes elementos delineiam um padrão de intervenção estatal pautado pela atratividade e pela inserção passiva no processo de mundialização, colocando o país numa trajetória de instabilidade e crise” (BEHRING, 2008, p. 103).

Para Carcanholo (2008), as crises capitalistas se definem como uma superacumulação, ou seja, a superprodução de capital, incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividades anteriores e, por isso, deve estar em um movimento dinâmico e sempre se transformando. Assim, o autor destaca a dialética do desenvolvimento/subdesenvolvimento, como uma das principais contradições do capitalismo, percebido a nível mundial, onde os países desenvolvidos ditam as leis do mercado, enquanto os países subdesenvolvidos, ou em uma classificação mais coerente e atual, os países dependentes, são reféns dos interesses dos países dominantes.

De acordo com Guerra (2018), o modo de pensar capitalista tende a converter a história em um domínio e manipulação de uns sobre outros, levando ao irracionalismo. Porém, o real está na processualidade histórica e na realidade objetiva. Assim, a pesquisa e a articulação entre conhecimento e história são fundamentais para compreender e interpretar os modos de vida e pensamento dos sujeitos sociais, considerando suas condições individuais, de classe e de gênero humano. A partir dessa perspectiva, o Serviço Social busca atuar de forma crítica e transformadora na promoção do bem-estar social e na defesa dos direitos e da justiça social.

Segundo Vasconcelos (2015) na sociedade capitalista, a pauperização é considerada um elemento essencial e ineliminável da ordem social burguesa, conforme apontado por Marx. Nesse contexto, soluções para a pobreza tornam-se limitadas, e o objetivo de erradicá-la implica a busca por uma nova ordem societária, livre de dominação e exploração de classe, etnia e gênero, como expresso no compromisso dos assistentes sociais no Código de Ética do Assistente Social.

O desenvolvimento capitalista inevitavelmente gera a "questão social", que assume diferentes manifestações em diferentes estágios desse desenvolvimento. Essa questão não é apenas uma consequência adjetiva ou transitória do regime capitalista; ela é constitutiva do próprio sistema. A existência e as manifestações da questão social estão intrinsecamente ligadas à dinâmica específica do capitalismo como a potência social dominante. Portanto, enquanto o capitalismo persistir, a questão social não será suprimida (VASCONCELOS, 2015).

Iamamoto (2007, p. 99) define a questão social como:

o 'conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 99).

A questão social é fundamentalmente determinada pela relação peculiar entre capital e trabalho, que é a exploração. No modo de produção capitalista, os trabalhadores assalariados estão constantemente sujeitos a mecanismos de pauperização, seja de forma absoluta ou relativa. Ou seja, em diferentes graus de intensidade, eles vivenciam no cotidiano as diversas expressões da questão social (VASCONCELOS, 2015).

Assim, a lógica de acumulação e reprodução do capital em escala mundial possui determinadas características que produzem o desenvolvimento de algumas economias e, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento de outros. É no contexto dessa dependência que existe a estrutura social brasileira, e, portanto, a atuação profissional do Serviço Social, que deve compreender a totalidade dessa realidade, e no caso da educação, articular essas contradições e seus reflexos no ensino (CARCANHOLO, 2008).

A educação enfrenta muitos desafios na atualidade quanto ao Direito efetivo dela, dentre eles as desigualdades sociais e a má administração pública, que limita o acesso das crianças à educação. Sendo assim, na perspectiva de Vasconcelos (2015) ao abordar os desafios e perspectivas para os profissionais da área educacional, é necessário considerar as dinâmicas sociais mais amplas e reconhecer a importância de uma abordagem crítica que busque transformar as desigualdades e superar as contradições presentes no sistema educacional.

## **2.2 As políticas sociais no contexto neoliberal**

Pode-se afirmar que as políticas sociais são um conjunto de medidas e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir o bem-estar social e a proteção dos direitos sociais dos cidadãos. Essas políticas têm como objetivo principal reduzir as desigualdades sociais, combater a pobreza, a exclusão social, a discriminação e promover a inclusão e a igualdade de oportunidades (CARRETERO, 2019).

As políticas sociais podem abranger diversas áreas, como a saúde, a educação, a assistência social, a habitação, a cultura, o esporte, entre outras. Elas são implementadas através de programas, projetos, serviços e benefícios que são financiados pelo Estado e destinados às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social (PEREIRA, 2012);

Quanto ao Neoliberalismo, tem-se que, é uma teoria política e econômica que surgiu no final do século XX e que prega a redução do papel do Estado na economia e a promoção da livre concorrência e do livre mercado como solução para os problemas sociais e econômicos. O neoliberalismo defende a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas e serviços públicos, a redução dos gastos públicos, a liberalização do comércio e a abertura da economia para o investimento estrangeiro. O neoliberalismo promove a ideia de que o mercado deve ser livre de

interferências governamentais para que a eficiência econômica e o crescimento sejam alcançados (ANDRADE, 2019).

Os defensores do neoliberalismo argumentam que ele é capaz de gerar mais riqueza e melhorar o bem-estar das pessoas, promovendo a eficiência e a competição. No entanto, seus críticos afirmam que o neoliberalismo aumenta as desigualdades sociais, enfraquece a proteção dos direitos sociais, restringe a capacidade do Estado de promover políticas públicas e pode levar a crises econômicas e financeiras (CARRETERO, 2019).

O sistema capitalista, desde sua gênese à atualidade, perpassando por diversas e profundas transformações, é caracterizado, a níveis sociais e econômicos, por uma veemente contradição que se materializa na chamada luta de classes, em que essa dialética estrutural da sociedade atua como o motor basilar do sistema capitalista em uma constante e dinâmica evolução e difusão. Esse processo, aliado às características do mercado de trabalho, condicionou uma estrutura social imersa à desigualdade social, que repercute em todas as dimensões da sociedade, sobretudo na educação (PEREIRA, 2012); (CARRETERO, 2019).

Refletir acerca das políticas de cunho social, no atual estágio do sistema capitalista brasileiro, implica em considerar as tendências mundiais dessa política, que se encontra pressionada pelos interesses das classes dominantes, em conflito com as necessidades das classes exploradas. Para a autora, tal política se encontra sob o fogo cruzado de interesses que reproduzem, cada vez mais intensamente, a disputa desigual entre capital e trabalho por ganhos particulares.

É claro que a política social brasileira, bem como a atuação do Serviço Social em solo nacional, possui certas particularidades históricas, sociais e conjunturais do nosso país, que devem ser consideradas. Porém, apesar dessas especificidades, é necessário destacar, como aponta Pereira (2012) que estas não ocorrem no vácuo. Mas sim, são fatores diretamente determinados pelas influências internacionalmente hegemônicas, que acontecem de formas distintas, cada qual com suas particularidades, mas sempre conectadas. Conforme destaca a autora,

[...] as mudanças atualmente verificadas nos fundamentos e na prática da política social brasileira não ocorrem de forma isolada, unilateral e autônoma. Pelo contrário, elas fazem parte do processo mundial de reestruturação capitalista, iniciado no final dos anos 1970, cuja justificação ideológica encontra guarida no credo neoliberal desde então dominante. Por se tratar, esse credo, de um ideário abrangente, que ultrapassa fronteiras na sua missão bem-sucedida de privilegiar o mercado como o agente principal do

bem-estar dos indivíduos, ele não poderia deixar de exercer influência no Brasil. (PEREIRA, 2012, p. 730).

Por isso, o presente trabalho situa o Serviço Social brasileiro em um panorama global, contemplando suas particularidades ao mesmo tempo em que resgata os fatores externos que fornecem os subsídios para sua atuação profissional e social.

É importante salientar que, o Serviço Social tem um papel fundamental na implementação e na gestão das políticas sociais na educação. Ele atua na promoção e na garantia dos direitos sociais dos estudantes, bem como na mediação entre a escola e as famílias em situação de vulnerabilidade social. No contexto da educação, as políticas sociais têm como objetivo garantir o acesso universal e equitativo à educação, bem como a qualidade do ensino, a promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão social (ANDRADE, 2019).

O Serviço Social atua nesse contexto por meio de diferentes ações, como a identificação das demandas e das necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, a promoção de ações educativas voltadas para o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, a orientação e o suporte aos estudantes e suas famílias na busca por recursos e benefícios sociais, e o trabalho em parceria com outras instituições e organizações sociais (ANDRADE, 2019).

Souza (2021), situa o surgimento do Serviço Social também na sociedade capitalista, porém voltado para diferentes parâmetros e perspectivas. Para o autor a profissão do assistente social é fruto de transformações históricas que se evidenciam no percurso histórico, se processando no estágio do capitalismo monopolista, período em que o antagonismo das classes e as contradições entre capital e trabalho, são agravadas, levando ao surgimento de uma série de questões de ordem social.

Entre as políticas sociais da educação mais importantes estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bolsa Família, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a política de cotas nas universidades, entre outras. O Serviço Social tem um papel importante na articulação e na implementação dessas políticas, bem como na promoção da igualdade e da inclusão social na educação (ANDRADE, 2019).

Nesse sentido, o autor afirma que o conflito entre as classes se posiciona como um importante fator para compreender a questão social, que por sua vez fora gradualmente assumida pelo Estado como uma atribuição, por meio de políticas públicas e sociais, porém, como evidencia o autor, de forma fragmentada.

Isso significa dizer que, através das políticas sociais, o Estado foi um fator determinante para assegurar a manutenção da ordem capitalista, “[...] o que permitiu controlar as tensões ocasionadas pela luta de classes, por meio da concessão de alguns serviços sociais, o que ocasionou a requisição de profissionais especializados para execução destes” (SOUZA, 2021, p. 163), como o assistente social.

A educação básica brasileira é um exemplo evidente de como as contradições sociais estruturam uma intensa desigualdade do nivelamento educacional entre as classes, em que aqueles com condições melhores disporão dos recursos para uma educação privada, e posteriormente um ensino superior, enquanto a maior parte da população dispõe apenas do serviço público ofertado pelo Estado nacional, sendo que esse ensino é negligenciado tanto a nível político como social, levando a uma desvalorização da educação pública, que frequentemente é abandonada por indivíduos desse grupo (CASTRO, 2009).

No contexto das políticas neoliberais, o papel do Estado na educação é reduzido, e a responsabilidade pela gestão e pelo financiamento da educação é transferida para o setor privado. Isso pode levar a uma redução do investimento em educação pública e a uma maior desigualdade no acesso à educação de qualidade (BARROSO, 2005).

Karl Marx desenvolveu várias teorias fundamentais sobre a luta de classes e a divisão do trabalho que se fazem pertinentes a presente pesquisa. Dentre elas está a luta de Classes. Marx desenvolveu a teoria do modo de produção, que afirma que a organização da produção e da distribuição de bens e serviços é fundamental para entender as relações sociais de poder. De acordo com o autor, as sociedades são divididas em classes sociais com interesses conflitantes, e que o modo de produção é o principal determinante dessas relações (SAAD FILHO, 2018).

Dentre as suas teorias também desenvolveu a mais-valia, que se refere ao valor que os trabalhadores geram em excesso em relação ao seu próprio salário. Marx defendia que a exploração da classe trabalhadora pelos proprietários dos meios de produção é a base da economia capitalista. Marx defendia que a divisão do trabalho é uma das principais formas de exploração do trabalhador. A especialização do trabalho na produção em massa leva à alienação dos trabalhadores em relação ao produto e a uma perda de controle sobre o próprio trabalho. Essas teorias tiveram uma influência significativa na sociologia e políticas modernas, bem como na compreensão das relações sociais, da economia e da história (SAAD FILHO, 2018).

Segundo Marx (2008), a história de todas as sociedades até o contexto atual tem sido a luta de classes. Essa relação dialética entre classes sociais, tem sido o motor que movimenta e girou a história, que em sua totalidade de eventos e fatos, contribui à construção da estrutura da sociedade contemporânea. De acordo com o autor, a sociedade burguesa não aboliu as contradições de classe, apenas inseriu novas classes e novas condições de opressão e dominação, a partir da relação entre burgueses e proletários.

No trabalho, essa organização das classes é chamada de divisão social do trabalho, a qual impõe aos trabalhadores, membros das classes operárias, o trabalho braçal, e deixa a encargo da burguesia o trabalho intelectual. Compreende-se, no capitalismo, diversas divisões do trabalho, como ressalta Marx (2010): a separação da produção social nos grandes ramos, como agricultura, indústria, extrativismo etc.; a diferenciação desses ramos em espécies e variedades; além da divisão em uma oficina, a divisão do trabalho singularizada, entre outras.

Segundo Marx (2010) a exploração ocorre por uma série de fatores, que vão desde a alienação da força de trabalho, onde Marx articula o conceito de mais-valia, até os aparelhos de dominação criados pelo Estado para assegurar essa exploração, tais como as medidas de repressão e punição. Uma vez que o neoliberalismo é uma ideologia econômica que defende a redução do papel do Estado na economia e a promoção da livre concorrência e do livre mercado como solução para os problemas sociais e econômicos. Nesse sentido, as políticas sociais são frequentemente vistas como um entrave ao crescimento econômico e à eficiência do mercado (CARRETERO, 2019).

No entanto, os defensores das políticas sociais, como organizações da sociedade civil, especialistas em áreas como saúde e educação, movimentos sociais e partidos políticos progressistas, argumentam que essas políticas são fundamentais para a proteção dos direitos sociais e a redução das desigualdades. As políticas sociais, muitas vezes atacadas por governos que buscam implementar austeridade fiscal, são vistas como essenciais para garantir o acesso universal e igualitário aos serviços públicos (CARRETERO, 2019).

No entanto, essas políticas são frequentemente reduzidas ou eliminadas, o que pode ter consequências graves para as pessoas mais vulneráveis. Por exemplo, a redução dos gastos públicos com saúde e educação pode levar a uma queda na qualidade desses serviços e à exclusão de grupos mais pobres da população. A

privatização de serviços públicos também pode resultar em uma cobrança excessiva dos usuários e na exclusão de grupos mais vulneráveis (CARRETERO, 2019).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016, que posteriormente se tornou a Emenda Constitucional nº 95/2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no Brasil. Essa emenda estabeleceu um teto para o crescimento das despesas primárias da União, limitando-as à inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por um período de 20 anos. Essa medida impactou diretamente os investimentos em áreas essenciais como saúde e educação, ao vincular o crescimento dos gastos públicos à inflação, sem considerar o aumento real da demanda por esses serviços.

O neoliberalismo muitas vezes enfatiza a responsabilidade individual em detrimento da responsabilidade coletiva, o que pode levar a uma culpabilização dos indivíduos por sua própria situação de pobreza ou exclusão social, em vez de se reconhecer as desigualdades estruturais e a falta de acesso a oportunidades e recursos (ANDRADE, 2019). No Brasil existe uma longa tradição de investimento público em educação, com um sistema de ensino público que atende a grande parte da população. No entanto, nos últimos anos, tem havido uma tendência à privatização e à redução dos investimentos públicos em educação, o que tem afetado especialmente as populações mais pobres e vulneráveis (CARRETERO, 2019).

A educação é frequentemente vista como um investimento individual, em vez de um direito coletivo. Isso pode levar à redução dos recursos públicos destinados à educação e à promoção de políticas que favorecem a privatização e a mercantilização do ensino, como a criação de escolas privadas subsidiadas com recursos públicos e a expansão do ensino à distância (ANDRADE, 2019).

Vale ressaltar que, a ênfase no mercado e na competição promove uma educação voltada para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Com base nessas considerações, muitos estudiosos e ativistas argumentam que a privatização e a redução dos investimentos públicos em educação têm um impacto negativo na qualidade e na equidade da educação, especialmente para as populações mais vulneráveis. Eles defendem uma educação pública de qualidade, acessível a todos, e que valorize a formação crítica e cidadã como forma de combater as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e igualitária (CARRETERO, 2019).

É importante discutir nesse contexto, A Lei 13.935, sancionada em dezembro de 2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. Essa lei foi criada com o objetivo de garantir um atendimento mais qualificado e integral aos estudantes, tendo em vista que a presença desses profissionais pode contribuir para a promoção da saúde mental e para a resolução de problemas sociais, educacionais e familiares que possam afetar o desempenho escolar dos alunos (CFESS, 2019).

A partir da Lei 13.935, a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas passa a ser uma política pública, o que significa que deve ser garantida pelo poder público e não ser deixada a critério das instituições de ensino. No entanto, é importante destacar que a lei não estabelece um número mínimo de profissionais por escola, cabendo aos gestores e às autoridades responsáveis a definição da quantidade necessária de acordo com as demandas de cada localidade. Em resumo, a Lei 13.935 é um importante avanço para a garantia do direito à educação de qualidade e para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos estudantes, que são aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano integral.

### **2.3 A educação no âmbito do capitalismo**

A educação, no âmbito do capitalismo, tem uma relação estreita com a lógica do mercado e com a produção e reprodução das desigualdades sociais. No contexto capitalista, a educação é vista como um meio de formação de mão de obra para atender as demandas do mercado, contribuindo para a manutenção das relações de poder e de exploração. Assim, a educação é influenciada pelas dinâmicas do mercado, o que pode levar a uma formação técnica e instrumental, em detrimento de uma formação crítica e reflexiva. Além disso, a educação também é afetada pela lógica da concorrência e da competitividade, o que leva a mercantilização do ensino e à fragmentação do conhecimento (CHAVES; ARCOVERDE, 2021).

No contexto capitalista, a educação também pode reproduzir as desigualdades sociais, uma vez que o acesso à educação de qualidade está diretamente ligado à condição social e econômica dos indivíduos. Isso contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, limitando o acesso de determinados grupos sociais aos benefícios da educação. Por outro lado, a educação também pode ser uma ferramenta

de resistência e de transformação social. Ela contribui para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de questionar as desigualdades e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. A educação também pode ser um espaço de resistência contra as políticas neoliberais e a lógica do mercado, promovendo práticas educativas que valorizem a diversidade, a solidariedade e a cooperação (CARRETERO, 2019).

Dessa forma, a educação tem uma relação estreita com a lógica do mercado e com a produção e reprodução das desigualdades sociais. No entanto, ela também é um espaço de resistência e de transformação social, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e reflexivos e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária (CHAVES; ARCOVERDE, 2021). Trata-se a educação como um processo complexo, envolvendo diversas etapas e ferramentas, assim como diferentes sistemas e modalidades. A educação no Brasil é garantida constitucionalmente e por leis específicas, que asseguram o acesso de todos ao ensino, sendo responsabilidade do Estado promover o acesso, inclusive no nível básico (PIANA, 2009).

É importante destacar que tem-se ainda no Brasil a Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), que traz a promoção do direito à educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/ 96), que visa a formação de alunos para exercícios de cidadania, trabalho e participação social, tudo através de uma educação de qualidade e acessível a todos os brasileiros. Dentro do contexto educacional brasileiro, os indicadores de pertencimento ao campo da educação se fortalecem na trajetória de desenvolvimento da Educação, muito especialmente, com sua inserção nos sistemas de ensino, dialogando com as lutas por expansão da sua oferta, implicadas com a afirmação do direito à Educação (CHAVES; ARCOVERDE, 2021).

O maior desafio da educação brasileira se situa na complexidade do processo de ensino, eis que para desenvolver e aprimorar o ensino é necessário estabelecer um sistema educacional democrático e atualizado, assumindo o compromisso de proporcionar condições adequadas de aprendizagem, de forma a atender às necessidades da sociedade moderna ofertando uma educação acessível a todos. A educação no Brasil é um tema complexo e multifacetado, que envolve diversos aspectos políticos, sociais e econômicos. Embora a educação seja um direito garantido pela Constituição, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir uma educação de qualidade para todos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Um dos principais desafios é o acesso à educação. Embora o Brasil tenha avançado nos últimos anos, ainda há muitas crianças e jovens fora da escola ou com acesso limitado à educação. Em 2019, por exemplo, cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola, especialmente nas faixas etárias de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos (UNICEF, 2021). Isso é especialmente verdadeiro para grupos sociais historicamente marginalizados, como os povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e os moradores de áreas rurais e periféricas. Outro desafio é a qualidade da educação. Embora a taxa de escolarização tenha aumentado, ainda há muitas deficiências na qualidade do ensino, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente dos professores, a escassez de materiais didáticos e pedagógicos adequados, e a carência de recursos financeiros para investimentos na educação (CARRETERO, 2019)

A distribuição desigual de recursos e oportunidades resulta em diferenças significativas na qualidade da educação oferecida em diferentes regiões do país. A educação pública, por exemplo, muitas vezes é inadequada e insuficiente, enquanto a educação privada oferece uma qualidade superior, mas é inacessível para a maioria da população. Outro desafio é a falta de valorização dos profissionais da educação. Os professores no Brasil muitas vezes trabalham em condições precárias e recebem salários baixos, o que leva a problemas como a falta de motivação, a desvalorização da profissão e a alta rotatividade de professores nas escolas (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Pode-se afirmar que, a educação no Brasil enfrenta muitos desafios, desde o acesso à educação até a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação. Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto da sociedade e do governo, com investimentos em infraestrutura, formação e valorização dos profissionais da educação, bem como políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Assim, a educação tem ocupado lugar de destaque no Brasil em suas diversas esferas, como a econômica, política e a cultural, com debates acerca das disputas dos projetos de diferentes grupos e segmentos sociais, em especial para conquistar-se a hegemonia política e democrática na sociedade. Leis brasileiras reformuladas defendem uma educação acessível a todo cidadão, bem como de qualidade (PIANA, 2009).

Após a reabertura do Estado Democrático de Direito no Brasil, a Constituição Federal de 1988 declarou a educação como um direito social no artigo 6º e enfatizou que a educação é "[...] um direito de todos e responsabilidade do Estado e da família. Ela estará em conformidade com o artigo 205". Visando o desenvolvimento integral das pessoas, preparando os cidadãos para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho, estabeleceu o direito à educação como condição de cidadania e obrigações nacionais (MACHADO; GANZELI, 2018).

Importante ressaltar que na atualidade o capitalismo é global assim como os direitos humanos, assegurados através de instrumentos internacionais como a Declaração de Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1948). No entanto, na prática constata-se uma grande problemática no que se refere à efetivação de tais direitos, em especial em relação à educação (MACHADO; GANZELI, 2018).

Os direitos humanos e a educação são intrinsecamente ligados, uma vez que a educação é um direito humano fundamental reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. O acesso à educação é um pré-requisito para o pleno exercício de outros direitos, como o direito à saúde, ao trabalho, à cultura e à participação política. O Serviço Social, por sua vez, tem um papel importante na promoção dos direitos humanos e na garantia do acesso à educação. Os profissionais de serviço social trabalham com indivíduos, famílias e comunidades para identificar suas necessidades e demandas e promover o acesso a serviços e recursos que possam atender essas demandas (PIANA, 2009).

Na educação, os profissionais de serviço social podem atuar em diversas áreas, como a promoção do acesso à educação para todos, incluindo grupos marginalizados e vulneráveis, a promoção de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade e a promoção da participação da comunidade na gestão das escolas. Importante aqui ressaltar que a educação vem sendo modificada pela sociedade capitalista, pela subordinação de novo tipo da educação aos interesses do capitalismo. Assim, o viés democrático e social da educação vem perdendo espaço para o capitalismo, que trouxe em seu esteio o avanço do pensamento conservador e reacionário e da inclusão da política no contexto educacional, e neste contexto o papel do assistente social na educação se revela crucial, conforme se verá no tópico a seguir (MACHADO; GANZELI, 2018).



### **3 A EDUCAÇÃO E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES**

Este capítulo discute a relação entre educação e Serviço Social, destacando os desafios e as possibilidades de atuação desse profissional no contexto escolar, especialmente em equipes multidisciplinares. A partir de uma abordagem crítica, analisa-se como a estrutura educacional brasileira, influenciada por políticas neoliberais, impacta o acesso e a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social. Como também, explora-se o papel do assistente social na promoção da equidade educacional, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais e para o fortalecimento das políticas públicas no ambiente escolar. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a presença do Serviço Social nas instituições de ensino pode minimizar as desigualdades educacionais, promover a inclusão e ampliar o suporte às demandas sociais que emergem no espaço escolar.

#### **3.1 O Serviço Social na Educação: A Importância das Equipes Multidisciplinares para a promoção da equidade**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a legislação que regulamenta todo o sistema educacional seja ele público ou privado no Brasil do nível básico ao ensino superior. A LDB 9394/96 reafirma o direito a educação contida na Constituição Federal, divide a educação brasileira em níveis, estabelece os princípios da educação e ainda os deveres do Estado (Brasil, 1996). Para garantir o direito a educação a União criou o FUNDEB (Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação). Uma medida que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais direcionados a educação. Sendo assim, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos (BRASIL, 2018).

De acordo com Libâneo (2002) a educação é definida como sendo um campo de conhecimento que se concentra no estudo sistemático da prática educativa, que se realiza na sociedade como componente mais fundamental da configuração da atividade humana. E a educação, como um conjunto de práticas que obstruem a

capacidade das pessoas de desenvolver suas relações com os mundos natural e social em um cenário único de distinções de grupo e classe.

No contexto educacional, a escola representa um campo de atuação relevante para o assistente social. Nessa esfera, o profissional está habilitado a abordar as diversas expressões e manifestações questão social presente na sociedade. Seu papel envolve prestar apoio às famílias com orientação social, fortalecendo os vínculos entre elas e fomentando o desenvolvimento de suas capacidades para alcançar a emancipação social. É fundamental ressaltar que o assistente social não substitui os demais membros da equipe pedagógica da escola, uma vez que esses profissionais lidam diretamente com os desafios sociais e educacionais. Apesar dos avanços, ainda persiste o desafio de promover uma intervenção qualificada nessa área (FALEIROS, 2010).

A atuação do assistente social na equipe multidisciplinar educacional se baseia em apoiar a equipe pedagógica, auxiliando e intervindo nas expressões da questão social que, muitas vezes, a escola não sabe como lidar. A equipe multidisciplinar é composta por diversos profissionais, como psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fonoaudiólogos, entre outros, que compartilham saberes e competências para intervir de forma integrada nas relações sociais e institucionais. Essa abordagem colaborativa é fundamental para o atendimento eficaz às necessidades dos alunos, proporcionando uma intervenção mais ampla e resolutiva para os desafios enfrentados no contexto escolar (YANNOULAS; SOUZA, 2016).

Uma equipe multidisciplinar é gerida por profissionais qualificados, ou com formações acadêmicas diversas que trabalham juntos em prol do mesmo objetivo. O trabalho multidisciplinar é realizado com responsabilidade, e o respeito aos outros profissionais é incentivado, pois todos desenvolvem seus projetos com o intuito de melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados (YANNOULAS; SOUZA, 2016).

É claro que para uma equipe efetiva se desenvolver é fundamental que cada profissional respeite o espaço do outro, fortalecendo o vínculo entre as diversas categorias. O respeito entre os profissionais é muito importante, pois eles eventualmente trabalharão juntos em projetos, pois cada um tem uma especialização única dos outros profissionais. A equipe educativa multidisciplinar deve colaborar com os educadores, permitindo que todos participem de uma mesma ação e

compartilhando conhecimentos na busca de objetivos alusivos. As vantagens de orientações multidisciplinares que beneficiam e impactam a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e adolescentes são claramente enunciadas (YANNOULAS; SOUZA, 2016).

A inserção do Serviço Social na educação tem sido objeto de estudo de diversos autores que destacam a importância dessa atuação para a promoção da cidadania e a garantia de direitos sociais. Martins (2007) analisa a prática profissional dos assistentes sociais no âmbito da política educacional em municípios paulistas, enfatizando a relevância da intervenção desses profissionais na construção de uma educação inclusiva e cidadã.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio da publicação Subsídios para atuação de assistentes sociais na educação, oferece diretrizes e reflexões para a prática profissional na área educacional. O documento destaca a importância de uma intervenção que considere as particularidades do contexto escolar e que promova a articulação entre as políticas sociais e educacionais, visando à garantia do direito à educação e ao enfrentamento das expressões da questão social no ambiente escolar (CFESS, 2019).

Essas contribuições evidenciam a relevância da atuação do assistente social na educação, apontando para a necessidade de uma prática comprometida com a transformação social e a promoção da justiça social no contexto educacional (MARTINS, 2007; CFESS, 2019).

Vale ressaltar as bandeiras de luta das profissões abordadas no presente estudo, dentre elas temos o assistente social. Os Assistentes Sociais estão envolvidos em diversas causas sociais e trabalham para melhorar as condições de vida de indivíduos e comunidades vulneráveis. Suas principais bandeiras de luta são o respeito e o reconhecimento de sua profissão por meio de salários e condições de trabalho razoáveis. Como também lutam por direitos fundamentais como acesso à saúde, educação e assistência social, bem como protegem os direitos humanos e sociais (CFESS, 2018).

O combate à exclusão social e à desigualdade também deve ser mencionado, pois visa reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir a inclusão de todos na sociedade. Os assistentes sociais também trabalham para estimular a participação e o protagonismo dos usuários, ouvindo suas opiniões e garantindo que eles tenham voz nas decisões que afetam suas vidas (CFESS, 2018).

Uma exigência da Lei 13.935/2019 é a inclusão de profissionais do Serviço Social nas redes públicas de educação básica. O Serviço Social é uma profissão aliada a Pedagogia, os profissionais em equipe vão contribuir significativamente para o campo educacional. É por meio do trabalho de equipes multidisciplinares, nas quais se incluem psicólogos e assistentes sociais, que se consegue garantir a efetiva permanência dos alunos nos sistemas públicos de ensino e, assim, superar as desigualdades educacionais (CRP, 2020).

O palco da realidade educacional é o ambiente escolar, que representa um meio social de aprendizagem que valoriza o desenvolvimento humano em sua totalidade. Isso se dá por meio de processos metodológicos e didáticos que possibilitam a aprendizagem dos educandos, a interação e a troca de experiências entre os indivíduos que fazem parte do ambiente escolar.

Com o objetivo de definir políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades, os estudos científicos estão atualmente priorizando a educação como um processo de intervenção pedagógica sistemática nas dinâmicas sociais. Ela é vista como a mediadora social fundamental para todas as comunidades humanas. Esta avaliação, que resultou na sua revalorização, não pode, contudo, basear-se apenas na sua viabilidade operacional para a eficácia funcional, como é frequentemente percebida por organismos oficiais, poderosos economistas e outros especialistas que se debruçam sobre o tema sob a ótica da teoria do capital humano.

A significação dos processos sociais e, no seu contexto, dos processos educativos não se limita à sua funcionalidade operacional. Se a realidade dos fatos permite que a educação tenha algum impacto social, por outro lado, essa efetividade só tem legitimidade humana quando se refere a significados que vão além de sua mera facticidade e desempenho operacional.

Dessa forma, o interesse em estudar esta temática está intrinsecamente relacionado em buscar conhecer mais a fundo a realidade educacional, de forma a identificar os condicionantes da relação entre sociedade-escola, marcada pela influência do sistema capitalista na relação trabalho-produção, que promove o desnivelamento da sociedade, popularmente denominado de desigualdade social. Sendo assim, analisar e compreender essa disparidade é uma forma de perceber e evidenciar essa realidade, e com isso, apontar os principais desafios impostos à prática do assistente social, bem como as possibilidades de atuação frente a esse

cenário, visto que a pesquisa está atrelada a formação do Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFT.

Segundo Libâneo (2002), a relação entre educação e economia, bem como as atuais mudanças no sistema capitalista global, trouxeram novas questões para a pedagogia. A educação se dá sob a influência de uma sociedade regida pelo capitalismo, que impõe regras ao mercado e, conseqüentemente, à educação. Esta de certa forma, precisa organizar seu currículo de modo a preparar profissionais que possam atender às demandas do mercado de trabalho.

A educação, enquanto uma prática que também atende a fins sociais se torna um rico e fértil campo de pesquisa para o Serviço Social, dada também a sua importância na sociedade atual, tanto para a população no geral, como para o neoliberalismo, que tem na escola um grande potencial formador ideológico de uma sociedade mercadológica e competitiva. Assim, as contradições capitalistas percebidas a nível social se estendem para as relações educacionais, e, por isso, a importância da atuação do Serviço Social nessas instituições, bem como de pesquisas voltadas à compreensão dessa realidade.

Diante desse contexto, é de grande importância defender a educação enquanto direito universal de acordo com o artigo 205º da Constituição Federal de 1988, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Esse parâmetro também pode ser evidenciado no artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), também conhecida como LDB, que diz:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

O artigo mencionado acima, estabelece diversas garantias relacionadas ao direito à educação, como a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, a oferta de ensino noturno, atendimento educacional especializado gratuito, oferta de creches e pré-escolas, acesso aos níveis mais elevados de ensino, entre outros. Essas disposições asseguram a universalidade da educação, com o objetivo de atender às necessidades e disponibilidades de todos os indivíduos.

Com o advento do capitalismo e desenvolvimento do modo de produção industrial, praticamente tudo se tornou uma mercadoria. Marx (2010) explica como elementos da sociedade, existentes há séculos na história humana, tais como o próprio trabalho e a terra, se tornam mercadoria no sistema capitalista, o que centraliza o dinheiro em uma posição formidável e determinante na sociedade.

Nesse sentido, o trabalho humano, a produção, o comércio, a atuação profissional, e a própria educação passam a orbitar as relações econômicas, ao passo em que estas se tornam os meios, os objetivos e os fins para toda a sociedade. Com o processo educacional sendo visualizado sob o prisma mercadológico, as contradições marcadas pela economia capitalista, não somente serão repercutidas na escola, como evidenciarão e determinarão a desigualdade social desde a infância, sendo que a escola enquanto uma instituição que cumpre uma atribuição de caráter social, serão condicionadas à produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Após quase duas décadas de debate, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.935 em 2019, que a disputa sobre a prestação de atendimento psicológico e social nas redes públicas de ensino. Em 20 anos, entidades representativas do Serviço Social e da Psicologia se uniram para mostrar à sociedade e aos seus parlamentares como o trabalho dessas profissões vai ampliar o desenvolvimento humano por meio de uma filosofia construtiva, inclusiva e participativa (CFP, 2020).

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, é uma legislação que trata da prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica no Brasil. Ela foi promulgada com o objetivo de oferecer suporte e

atendimento adequado às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

De acordo com o texto da lei, as redes públicas de educação básica devem contar com equipes multiprofissionais compostas por profissionais de psicologia e Serviço Social. Essas equipes têm a responsabilidade de atuar no processo de ensino-aprendizagem, buscando a melhoria da qualidade da educação. Elas também devem mediar as relações sociais e institucionais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento dos estudantes. Cabe salientar, que o trabalho dessas equipes multiprofissionais deve estar alinhado com o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Isso significa que as ações dos profissionais de psicologia e Serviço Social devem estar integradas aos objetivos educacionais das instituições.

A lei também estabelece um prazo de 1 (um) ano, a partir da data de sua publicação, para que os sistemas de ensino tomem as providências necessárias para se adequarem às suas disposições. Dessa forma, busca-se garantir que a implementação dos serviços de psicologia e serviço social seja realizada de maneira adequada e planejada.

O serviço social enquanto profissão que faz parte da divisão sociotécnica do trabalho, se posiciona em defesa dos direitos sociais para que haja a emancipação política enquanto sociedade civil e o estado governamental, contudo, como destaca Paulo Netto (1992) não podemos deixar de polemizar que o assistente social não é só um mero executor terminal de políticas sociais. A partir disso, para pensar tal análise lamamoto (2015, p. 20), vai dizer que:

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos. (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Pensar a atuação do (a) assistente social no contexto atual vivenciado pela sociedade, é colocar o olhar crítico acerca da realidade social e desafios que recaem sobre a população, em especial, para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, que no contexto neoliberal, se evidencia por meio da desigualdade social, bem como a dificuldade de acesso aos serviços básicos garantidos constitucionalmente, como saúde, assistência social, moradia e educação, dentre outros.

### **3.2 O trabalho dos profissionais da educação**

O trabalho dos profissionais da educação é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade como um todo. Esses profissionais atuam em diversos níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Dentre as suas funções está o planejamento e desenvolvimento de atividades educativas, onde os profissionais da educação elaboram e desenvolvem atividades, de acordo com as diretrizes curriculares e os objetivos de aprendizagem. Também atuam na gestão e organização escolar, incluindo a administração de recursos humanos, materiais e financeiros.

Os profissionais da educação também avaliam e acompanham o processo de aprendizagem dos estudantes, identificando suas necessidades e potencialidades e buscando estratégias para apoiar o desenvolvimento de cada um. Os mesmos podem atuar na orientação educacional e psicopedagógica, oferecendo suporte aos estudantes em questões relacionadas à escolha profissional, dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais e comportamentais.

Os profissionais também podem atuar na pesquisa e produção de conhecimento, contribuindo para o avanço da área e aprimorando as práticas educativas. O trabalho em equipe multidisciplinar é fundamental para o sucesso da educação e o desenvolvimento dos estudantes. O assistente social tem como principal foco a promoção da inclusão social, a prevenção e intervenção em situações de violação de direitos e o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quando esses profissionais atuam em equipe multidisciplinar, é possível identificar de forma mais abrangente as necessidades e potencialidades dos estudantes, bem como as questões que podem estar impactando seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. A equipe multidisciplinar trabalha de forma integrada, compartilhando informações e estratégias e oferecendo um atendimento mais completo e efetivo aos estudantes e suas famílias.

Conforme discutido por Iamamoto (2018), e por autores como Yazbek (2019) e Teixeira (2020), a financeirização das políticas sociais reflete um deslocamento da lógica de proteção social para uma lógica de mercado, na qual organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exercem influência sobre as diretrizes educacionais. Essa influência se manifesta por

meio de reformas estruturais que enfatizam a privatização, a mercantilização da educação e a redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos (IAMAMOTO, 2018; YAZBEK, 2019; TEIXEIRA, 2020).

No Brasil, a política educacional tem sido impactada por tais processos, resultando em desafios para os profissionais da educação. A imposição de metas baseadas em indicadores de desempenho, a padronização curricular e a valorização de parcerias público-privadas são algumas das estratégias que evidenciam essa tendência (TEIXEIRA, 2020). A lógica gerencialista aplicada à educação promove a precarização do trabalho docente, com intensificação das jornadas de trabalho, redução de investimentos na formação continuada e perda de autonomia pedagógica (IAMAMOTO, 2018). Esse cenário reforça desigualdades sociais e compromete a qualidade da educação pública, uma vez que se privilegia a lógica do mercado em detrimento do direito universal à educação (YAZBEK, 2019).

Diante do cenário atual, torna-se essencial uma resistência coletiva dos profissionais da educação frente às pressões do mercado, reafirmando o papel da educação como direito humano fundamental e não como mercadoria (IAMAMOTO, 2018). Somente por meio da valorização dos profissionais e do fortalecimento das políticas públicas educacionais será possível garantir uma educação de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos críticos, reflexivos e preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade (TEIXEIRA, 2020).

### **3.3 Atuação do Assistente Social na educação**

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realizando sua ação profissional no contexto das políticas socioassistenciais, não só na esfera pública como privada, desenvolvendo atividades na abordagem direta da população que busca as instituições e o trabalho do profissional e através da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais, entre outros. Trata-se o assistente social de um profissional que possui por objeto de trabalho a questão social com suas inúmeras expressões (PIANA, 2009).

A inserção de assistentes sociais na política de educação é uma luta antiga, estando presente desde os primeiros anos da profissão, ainda na década de 1930, sendo que o amadurecimento do projeto ético-político profissional só veio a ocorrer a

partir da década de 1990, e as alterações na política de educação vêm provocando um aumento desses profissionais na área da educação (PIANA, 2009).

Assim, a atuação do assistente social na educação tem se revelado fundamental no contexto das lutas sociais que buscam a superação da sociedade capitalista e das formas de opressão inerentes ao capitalismo, bem como na agenda intelectual e política voltadas para uma educação com base social (TEIXEIRA, 2020).

O assistente social enquanto profissional reconhecido perante a sociedade vem a atuar frente às expressões e manifestações da questão social. Segundo Paulo Netto (2017), a questão social não é um fenômeno natural ou uma simples consequência do desenvolvimento capitalista, mas sim uma expressão da contradição fundamental desse modo de produção, que gera desigualdades, exclusão e exploração. Para Paulo Netto (2017) a questão social é um processo histórico e social que se manifesta por meio de múltiplas expressões, tais como a pobreza, a fome, a violência, a marginalização, a exclusão social, o desemprego, a precarização do trabalho, a falta de acesso a direitos sociais básicos, entre outros.

Nesse sentido, o Serviço Social surge como uma profissão que atua diretamente no enfrentamento da questão social, buscando entender suas múltiplas dimensões para a superação. Para Paulo Netto (2017) o Serviço Social deve se pautar pela defesa dos direitos sociais, pela luta contra a desigualdade e pela promoção da justiça social, atuando junto às camadas mais vulneráveis da sociedade. Dessa forma, a abordagem de Paulo Netto sobre a questão social destaca a importância de compreender as raízes históricas e sociais desse fenômeno, buscando uma atuação profissional crítica e comprometida com a promoção da justiça social e a superação das desigualdades.

Em se tratando de maneira específica da educação como área de atuação, percebe-se o quanto tal profissional é fundamental para o desenvolvimento de ações que sejam direcionadas ao acesso da garantia do direito a educação de forma permanente e efetiva, em conjunto com a família e a sociedade.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elenca diversas bandeiras de luta da profissão de assistente social, sendo algumas delas:

- Defesa dos direitos humanos e da justiça social; O assistente social deve atuar na defesa e garantia dos direitos humanos, incluindo o direito à moradia, saúde, educação, trabalho, cultura, entre outros.
- Luta pela democracia e pela participação popular; O assistente social deve atuar na promoção da participação popular, estimulando o protagonismo

dos indivíduos e coletividades nos processos de construção de políticas públicas.

- Combate à discriminação e ao preconceito; O assistente social deve atuar na defesa da diversidade, combater o racismo, a homofobia, a xenofobia, o machismo e todas as formas de opressão e discriminação.
- Defesa dos direitos da classe trabalhadora; O assistente social deve atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, lutando por melhores condições de trabalho, salário digno, segurança e saúde no trabalho.
- Luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais; O assistente social deve atuar na luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais, incluindo o direito à seguridade social, assistência social, previdência social e saúde.
- Luta pela garantia dos direitos das mulheres e da população LGBTI+; O assistente social deve atuar na luta pela garantia dos direitos das mulheres e da população LGBTI+, combatendo a violência de gênero e a LGBTfobia. (CEFESS, 2019).

Essas são algumas das bandeiras do profissional assistente social, de acordo com o CFESS. Vale destacar que essas lutas não são exaustivas e estão sempre em constante atualização, de acordo com as demandas e necessidades sociais.

O Serviço Social na Educação é uma área de atuação do assistente social que tem como objetivo atuar junto aos processos educativos e à gestão escolar, com o intuito de garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação para todos os estudantes, bem como promover a inclusão social e a garantia de direitos. Nesse contexto, o assistente social atua na identificação e diagnóstico das demandas e necessidades dos estudantes e suas famílias, bem como na elaboração e implementação de políticas, programas e projetos sociais que visem a promoção da equidade e justiça social. Também é responsável por atuar junto aos profissionais da educação, oferecendo orientação e capacitação para a gestão de situações de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Dentre as principais atividades do assistente social na educação, podemos destacar: Atendimento às demandas dos estudantes e suas famílias, promovendo a escuta qualificada e orientando quanto aos direitos e recursos disponíveis; Desenvolvimento de programas e projetos sociais que visem à promoção da inclusão social, equidade e justiça social; Acompanhamento do processo educativo dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu acesso, permanência e qualidade da educação; Participação na elaboração de políticas públicas para a educação, promovendo a democratização e participação social; Atuação na prevenção e enfrentamento da violência e exploração sexual infanto-juvenil; Orientação e capacitação dos profissionais da educação para o atendimento

às demandas sociais e promoção da equidade e justiça social (HERNANDORENA; SCHNEIDER, 2012).

O documento "Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação", publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), destaca diversas atribuições fundamentais para os assistentes sociais no contexto educacional. Essas atribuições visam garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação, além de promover a gestão democrática nas instituições de ensino (CFESS, 2019).

Uma das principais atribuições é a realização de abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes e/ou trabalhadores da educação. Essa prática busca viabilizar o acesso aos direitos sociais e humanos, com ênfase na educação. No entanto, o CFESS alerta para a necessidade de evitar a restrição dessas abordagens apenas à política de assistência social, enfatizando a importância de ações intersetoriais que afirmem a educação como um direito social (CFESS, 2019).

Outra atribuição relevante é a realização de estudos socioeconômicos que contribuam para a compreensão das condições de vida, trabalho e educação da população atendida. Esses estudos são fundamentais para a análise da política educacional em um sentido mais amplo, indo além da verificação do acesso e permanência, e auxiliando na definição de novas estratégias de ação profissional (CFESS, 2019).

Os assistentes sociais também são responsáveis por fomentar a participação de estudantes, famílias, professores e demais trabalhadores da educação em espaços democráticos de controle social, como conselhos e conferências relacionadas à política educacional. Essa atuação visa promover a gestão democrática e a participação ativa da comunidade escolar nas decisões que afetam o ambiente educacional (CFESS, 2019).

O Serviço Social na Educação é uma área de atuação fundamental para a promoção da equidade, inclusão social e garantia de direitos no contexto educacional, atuando junto aos estudantes, suas famílias e os profissionais da educação para garantir um ensino de qualidade e acessível a todos (HERNANDORENA; SCHNEIDER, 2012).

Importante ainda se analisar a educação no âmbito da pandemia da Covid-19, eis que o contexto pandêmico trouxe graves consequências para a educação. Por mais que a economia global tenha sofrido diversos impactos com a pandemia, os

investimentos na educação devem ser mais do que nunca prioridade. Isso porque a queda no ensino poderá alastrar-se por longo tempo se não houver o investimento em políticas públicas que venham a propiciar melhorias na educação (DIAS; PINTO, 2020).

A inserção do Serviço Social nas políticas atuais de educação assim como suas intervenções são, em grande parte, norteadas pelo capitalismo que por sua vez, por intermédio de sociabilidades perversas, vem a dismantelar políticas sociais, proteções e direitos sociais, e para mudar essa realidade deve-se investir em programas para resolver os problemas educacionais (DENTZ; SILVA, 2017).

O Serviço Social tem se consolidado como uma importante área de atuação na educação, uma vez que a escola é um espaço onde as expressões da questão social se manifestam, tais como a violência, a pobreza, a exclusão social, o preconceito, entre outras. Algumas das perspectivas sócio-ocupacionais que se abrem hoje para o Serviço Social na área de educação, como por exemplo a atuação junto a equipes multidisciplinares (HERNANDORENA; SCHNEIDER, 2012).

A participação do profissional de Assistência social também é significativa para a gestão escolar, desenvolvendo estratégias para a melhoria da qualidade do ensino, promovendo a formação continuada dos profissionais da educação e garantindo o respeito aos direitos sociais e trabalhistas dos profissionais da educação. Essas são apenas algumas das perspectivas sócio-ocupacionais que se abrem hoje para o Serviço Social na área de educação. O importante é destacar que a atuação do profissional de Serviço Social na educação contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No processo de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social no Brasil passou a tratar os campos das políticas sociais, ultrapassando a relação da demanda da população vulnerável e oferta do sistema capitalista e se tornando uma profissão que atua na busca efetiva aos direitos sociais e à defesa da democracia, dentre outras bandeiras de luta. Assim, não se trata somente de operacionalizar as políticas sociais, ainda que relevante, mas torna necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam rotineiramente os assistentes sociais (PIANA, 2009).

No contexto da atuação do assistente social na educação, tem-se que as reformas educacionais no Brasil ocorreram através das crises nacionais e internacionais do sistema capitalista, sendo assim, a educação foi muitas vezes

relegada a segundo plano pelos dirigentes políticos, bem como a democratização e acessibilidade da educação, ou mesmo a priorização de sua qualidade, eis que a educação no país esteve ligada a um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente (BAPTISTA, 2019).

Para enfrentar os desafios que o capitalismo traz para uma educação democrática e social deve-se investir na institucionalização de práticas educacionais contra-hegemônicas, devendo esta ser parte de um processo de conquistas e ampliação dos direitos sociais e de fortalecimento de uma concepção política de educação (ANDRADE, 2019).

Neste sentido, em especial para os assistentes sociais, é necessário se assinalar duas questões, sendo uma delas a de que a atuação dos assistentes sociais na política da educação venha a envolver a compreensão da dinâmica e complexidade desta profissão bem como do significado que a política educacional possui. A outra questão se refere à necessidade de que o assistente social venha não apenas a tomar a política educacional como uma forma determinada de maneira histórica de oferta e regulação da educação, mas ainda por um viés social, que embora relacionados com a política educacional a ela não de forma necessária se circunscrevem (ANDRADE, 2019).

O agravamento da crise do capital fez com que as políticas públicas sofressem modificações, como a política de educação que em seus vários níveis e modalidades vem passando por mudanças significativas, destacando-se as ações de expansão da política que ocorrem no âmbito da educação superior e da educação profissional e tecnológica e os diversos programas voltados para a expansão do acesso e da permanência na educação básica (PIANA, 2009).

Estas mudanças nas políticas voltadas para a educação vieram a aumentar as requisições por assistentes sociais para atuação na execução de programas e projetos, assim como na gestão da política. Assim, revela-se notória na política de educação, na atualidade, uma tendência de deslocamento do assistente social de atividades voltadas ao atendimento direto à população para o desenvolvimento de ações voltadas à gestão da política como na formação e capacitação dos docentes, em especial na educação básica (PIANA, 2009).

Esta realidade revela a necessidade de medidas que busquem uma ampla reforma na educação, com a priorização para o ensino básico, o desenvolvimento de processos de gestão que visem a qualidade na educação, a condução de reformas do

sistema educacional com ênfase nas dimensões financeiras e administrativas, a participação de pais e comunidade nos assuntos escolares, o investimento na educação básica, políticas baseadas em análises econômicas, e por fim o tratamento da educação em uma perspectiva eminentemente setorial (DENTZ; SILVA, 2015).

Isso porque dentro do contexto educacional brasileiro, os indicadores de pertencimento ao campo da educação se fortalecem na trajetória de desenvolvimento da Educação, muito especialmente, com sua inserção nos sistemas de ensino, dialogando com as lutas por expansão da sua oferta, implicadas com a afirmação do direito à Educação (ANDRADE, 2019).

Na contramão da efetivação do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil existem duras ameaças de mudanças estruturais propostas pelo capital e obviamente opostas aos princípios sociais. Essa realidade deve ser combatida através de iniciativas públicas e privadas e investimentos sólidos neste sentido (PIANA, 2009).

Nesse contexto, é importante definir o conceito de Projeto Ético Político (PEP) pois é significativo para entender a atuação do assistente social. O Projeto Ético Político é um conjunto de princípios, valores e diretrizes que orientam a prática profissional do assistente social, fundamentados em uma concepção crítica da sociedade e comprometida com a transformação social. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 é um documento importante que estabelece os princípios fundamentais do PEP. Alguns desses princípios são:

- Compromisso com a transformação social: O assistente social deve estar comprometido com a transformação social e a luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Isso significa que o assistente social deve trabalhar para promover a igualdade, a justiça social e a cidadania plena para todos os indivíduos.
- Respeito à dignidade do ser humano: O assistente social deve respeitar a dignidade e os direitos humanos de todas as pessoas com as quais trabalha. Isso inclui o respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e de orientação sexual.
- Autonomia e liberdade: O assistente social deve promover a autonomia e a liberdade das pessoas, para que possam tomar suas próprias decisões e agir de acordo com seus valores e interesses.
- Não-discriminação: O assistente social não pode discriminar ninguém com base em sua raça, cor, gênero, orientação sexual, idade, religião, nacionalidade, opinião política ou qualquer outra característica pessoal.
- Sigilo profissional: O assistente social deve manter o sigilo profissional, protegendo a privacidade e confidencialidade das informações obtidas durante o exercício da profissão. (PEP, 1993).

Esses são apenas alguns dos princípios fundamentais do PEP e do Código de Ética do assistente social. O objetivo desses princípios é orientar a prática profissional

do assistente social e garantir que sua atuação seja ética, comprometida com a justiça social e respeitosa com a dignidade humana.

Revela-se importante considerar que o aprofundamento e a manutenção do projeto ético-político do Serviço Social em época contemporânea vêm a depender da vontade majoritária do assistente social e ainda, do revigoramento das lutas e movimentos democráticos e populares, vindo assim a garantir os direitos a programas e a políticas sociais estabelecidas e fundamentais (PIANA, 2009).

O desafio para os assistentes sociais é, portanto, a busca de um posicionamento ético e político que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica capitalista, impulsionando-os a trabalhar na busca de romper com a dependência, a subordinação, a despolitização, e assim poder manter vivas as forças sociais motivadoras da esperança de uma nova sociedade e da capacidade de luta no cenário social e profissional (PIANA, 2009, p. 117).

Compreender esse processo de afastamento do assistente social na educação de seus reais valores e do viés político que esta profissão vem tomando se revela necessário para definir estratégias de luta, na direção do fortalecimento de uma política de assistência educacional voltada aos interesses sociais (Andrade, 2019).

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa científica é cercada de inúmeras possibilidades de estratégias, procedimentos, perspectivas, instrumentos e técnicas que ampliam o leque de informações acerca de determinado tema. Devido a essa pluralidade de possibilidades, e por meio das relações de pesquisa, tese, antítese e síntese, o conhecimento científico é construído em consonância a uma realidade percebida e evidenciada socialmente, mas onde muitos elementos passam despercebidos ou distorcidos em virtude da estrutura fortemente ideológica da sociedade atual (LIMA; MIOTO, 2007).

Por meio da pesquisa científica torna-se viável e possível aos profissionais, de qualquer dimensão do saber, a compreender as complexidades da realidade social, como também possibilitar uma visão da totalidade de fatos e eventos que determinam o contexto no qual se insere o objeto (LIMA; MIOTO, 2007). A partir dessa compreensão crítica é possível ao profissional buscar meios e ferramentas para propor intervenções voltadas ao atendimento dos interesses sociais, colocados em segundo plano frente aos interesses neoliberais.

Para tal construção e análise, a metodologia adotada na presente pesquisa terá uma natureza qualitativa, pois não visa à quantificação de dados e informações para a análise do objeto, que envolve as expressões da questão social no contexto escolar expressa nos documentos estaduais existentes, bem como aos direitos à educação frente às contradições do neoliberalismo, pensando a partir de critérios sociais e econômicos, e assim poder identificar os desafios e impasses colocados à atuação do assistente social, e como este condiciona essa atuação, bem como as possibilidades disponíveis aos profissionais atuarem frente a essa realidade sócio educacional, mas sim, parte de reflexões e interpretações críticas acerca da realidade e da totalidade que o envolve. Sendo assim, a presente pesquisa trata-se de um estudo de análise documental, com revisão de literatura a partir das fontes pré-existentes nas bases de dados.

Foi utilizada a seguinte metodologia, com os seguintes procedimentos descritos a seguir. Dessa forma, partir-se-á de procedimentos de observação, revisão bibliográfica, realizados em livros, artigos e periódicos científicos, no intuito de compreender a gama de fatores que circundam o objeto em análise.

O referencial bibliográfico deve ser baseado em fontes confiáveis e relevantes para a pesquisa em questão. Já a análise documental consiste na seleção e análise de documentos, como textos, imagens, vídeos e outros materiais que possam ser relevantes para a pesquisa. Segundo os autores, a análise documental é importante porque permite ao pesquisador ter acesso a informações e dados que não estão disponíveis em outras fontes, além de permitir uma análise mais profunda e detalhada dos fenômenos sociais (LIMA; MIOTO, 2007).

A primeira etapa dessa pesquisa é a seleção do referencial bibliográfico que consiste na escolha dos textos que serão objeto de análise. Essa seleção deve ser feita de forma criteriosa e baseada em critérios objetivos, como a relevância do texto para a pesquisa em questão, a qualidade da fonte e a atualidade do material.

A segunda etapa é a leitura e análise do material selecionado. Nessa etapa, os textos devem ser lidos com atenção e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. É importante fazer anotações durante a leitura e destacar as informações mais relevantes para a análise posterior. A terceira etapa é a organização dos dados, que consiste em sistematizar as informações coletadas durante a leitura e análise dos documentos. Essa organização pode ser feita por meio de fichamentos, resumos ou tabelas, por exemplo.

A última etapa é a interpretação dos resultados, que consiste em analisar e interpretar os dados coletados e organizados durante as etapas anteriores. É importante destacar as conclusões e as contribuições da pesquisa para o campo da teoria social. Essa metodologia pode ser adaptada e aplicada a diferentes contextos e áreas de pesquisa, desde que sejam respeitados os critérios de seleção e análise dos documentos.

Guerra define teoria social como um conjunto de ideias, conceitos e modelos teóricos que buscam explicar os fenômenos sociais e suas relações. Segundo a autora, a teoria social é importante porque permite compreender as relações entre os indivíduos e a sociedade em que vivem, bem como os processos de mudança social que ocorrem ao longo do tempo. Para a autora a teoria social é fundamental para a análise crítica da realidade social, pois permite identificar as causas e os efeitos dos fenômenos sociais, bem como as possibilidades de transformação social. A autora também salienta a importância da teoria social na formação dos profissionais das ciências sociais, que devem ter uma sólida base teórica para desenvolver suas pesquisas e análises (GUERRA, 2004).

Já para Netto, a teoria social é definida como um conjunto de conhecimentos que buscam explicar e interpretar os fenômenos sociais, levando em conta as dimensões estruturais e conjunturais das sociedades. Segundo o autor, a teoria social é fundamental para a compreensão da sociedade e dos processos sociais, bem como para a formulação de políticas públicas e para a ação política. Dessa forma, a teoria social deve ser baseada em uma perspectiva crítica, capaz de questionar as relações de poder e as formas de dominação presentes na sociedade. O autor também destaca a importância da teoria social para a formação dos profissionais das ciências sociais, que devem ter uma sólida formação teórica para desenvolver suas pesquisas e análises (PAULO NETTO, 2001).

Dessa forma, a teoria social é um conjunto de conhecimentos que busca explicar e interpretar os fenômenos sociais, levando em conta as dimensões estruturais e conjunturais das sociedades, e que deve estar fundamentada em uma perspectiva crítica, capaz de questionar as relações de poder e as formas de dominação presentes na sociedade. A teoria social também é considerada fundamental para a formação dos profissionais das ciências sociais.

Considerando a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa, uma metodologia que se mostra relevante para ampliar a compreensão da realidade educacional e social é a triangulação de dados. A triangulação é uma estratégia de pesquisa que envolve a combinação de diferentes métodos, fontes de dados, e/ou pesquisadores para verificar a validade e a confiabilidade das descobertas. Neste contexto, a triangulação permite uma análise mais abrangente e aprofundada dos fenômenos sociais estudados, ao mesmo tempo em que minimiza possíveis vieses e limitações de uma única abordagem.

Autores como Denzin (1970) e Patton (1999) destacam a importância da triangulação como uma maneira de aumentar a credibilidade e a validade dos resultados da pesquisa. Através da triangulação, é possível obter diferentes perspectivas sobre um determinado fenômeno, o que enriquece a compreensão do mesmo.

A triangulação de dados é uma abordagem metodológica amplamente utilizada na pesquisa social, que busca aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados ao combinar diferentes fontes, métodos, teorias ou pesquisadores para investigar um determinado fenômeno (DENZIN, 1978). O uso da triangulação ajuda a superar as limitações inerentes a uma única fonte de dados ou método de pesquisa, permitindo

uma compreensão mais abrangente e aprofundada do objeto de estudo (PATTON, 1999).

Robert Yin, em sua obra "Estudo de Caso: Planejamento e Métodos", destaca a importância da triangulação como uma estratégia fundamental para fortalecer a validade dos estudos de caso. Yin enfatiza que a triangulação envolve a coleta de dados por meio de diferentes métodos, como entrevistas, observações e análise documental, e a comparação dos resultados obtidos para verificar a consistência e corroborar as conclusões (YIN, 2018).

Os procedimentos delineados para esta pesquisa incluem várias etapas distintas. Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada a pesquisa documental a partir da revisão da legislação da educação básica referente às equipes multidisciplinares em nível estadual. Esse levantamento visa analisar as disposições legais relacionadas à composição e às atribuições dessas equipes nas escolas, destacando a obrigatoriedade da presença de profissionais de serviço social, psicologia e pedagogia nas redes públicas de educação básica.

Em seguida, procede-se à análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas selecionadas no município de Miracema/TO. A pesquisa foi realizada nas secretarias municipais de educação da microrregião de Miracema, abrangendo as cidades de Miracema do Tocantins, Miranorte, Tocantínia, Rio dos Bois e Dois Irmãos, totalizando seis municípios. O critério de seleção envolve o mapeamento utilizando o mapa da saúde do estado, focando nas secretarias vinculadas à Diretoria Regional de Ensino da microrregião, onde está localizado o campus do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.

Essa análise consiste na coleta dos PPPs e na identificação das seções ou diretrizes que abordam a atuação das equipes multidisciplinares, relacionando-as com os desafios e contradições sociais no contexto educacional. A comparação dos PPPs permite identificar padrões, lacunas ou discrepâncias nas abordagens adotadas pelas escolas.

A triangulação das fontes de dados é então realizada, comparando as informações obtidas na revisão da legislação e na análise dos PPPs. Essa etapa visa identificar convergências e divergências, além de verificar a consistência das informações e identificar padrões ou tendências emergentes. As informações trianguladas são utilizadas para fundamentar as conclusões e interpretações da pesquisa.

Posteriormente, foi feita a compilação de um quadro de categorias de análise, baseado na metodologia de Laurence Bardin. Esse quadro extrai categorias relevantes da revisão da legislação e dos PPPs, considerando aspectos relacionados aos desafios e possibilidades enfrentados pelos profissionais da educação.

Finalmente, os resultados são interpretados criticamente à luz do referencial teórico adotado. São discutidas as implicações dos resultados para a compreensão da realidade educacional em Miracema do Tocantins e para a atuação dos profissionais de serviço social, psicologia e pedagogia. São sugeridas recomendações ou diretrizes para políticas públicas educacionais com base nos achados da pesquisa. A metodologia proposta visa proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios e perspectivas dos profissionais da educação frente às contradições sociais no contexto neoliberal, utilizando uma abordagem robusta e fundamentada teoricamente.

A pesquisa foi realizada por meio da análise documental e revisão de literatura, utilizando fontes pré-existentes em bases de dados acadêmicas, livros, artigos e relatórios oficiais. O procedimento de coleta de informações incluiu contato com as escolas, feito de maneira formal por meio de ofícios enviados às secretarias municipais de educação dos municípios abrangidos pela Diretoria Regional de Ensino da microrregião de Miracema do Tocantins.

Como também, houve contatos diretos com diretores e coordenadores pedagógicos por e-mail e visitas presenciais. Foram analisados os Projetos Político-Pedagógicos (PPP), relatórios da Busca Ativa Escolar, registros de evasão escolar e legislação educacional vigente. A pesquisa abrangeu seis escolas públicas municipais, totalizando 3.240 alunos matriculados. Dentre os profissionais atuantes, destacam-se 12 assistentes sociais que participaram do estudo. A análise dos dados seguiu os procedimentos da análise documental conforme descrito por Bardin (2011), com a categorização das informações obtidas e sua triangulação com a literatura acadêmica e legislação vigente

A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa, pois busca compreender as complexidades do fenômeno estudado de maneira profunda, sem a necessidade de quantificação dos dados. O enfoque qualitativo é fundamental para explorar as expressões da questão social no contexto escolar, permitindo uma análise mais detalhada das dinâmicas sociais e educacionais que afetam o acesso e a qualidade da educação. Ao se concentrar em aspectos subjetivos e interpretativos, essa abordagem possibilita uma compreensão mais rica e contextualizada dos desafios

enfrentados pelos profissionais que atuam nas equipes multidisciplinares e no atendimento às demandas sociais dentro das escolas.

Para garantir a profundidade e a credibilidade dos resultados, a pesquisa utiliza a análise documental como principal procedimento metodológico. A análise documental é uma técnica eficaz que permite acessar documentos que contêm informações detalhadas e precisas sobre o objeto de estudo. No caso desta pesquisa, a análise se concentrou em documentos legislativos relacionados à educação básica, como as leis estaduais que regem as equipes multidisciplinares nas escolas, e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas selecionadas. Esses documentos fornecem uma visão clara das diretrizes legais e práticas educacionais que orientam a atuação dos profissionais de serviço social, psicologia e pedagogia no contexto escolar.

A interpretação dos resultados foi feita com base em um referencial teórico que proporcionou uma análise crítica da realidade educacional em Miracema do Tocantins. Essa interpretação foi essencial para discutir as implicações das práticas educacionais adotadas e sugerir diretrizes para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, especialmente no que diz respeito à atuação dos profissionais de serviço social nas escolas.

#### **4.1 Resultados e discussões**

Os resultados apresentados foram analisados à luz da triangulação metodológica, integrando dados documentais, referenciais teóricos e práticas observadas no contexto educacional. A discussão reflete os desafios impostos pelas desigualdades estruturais e as possibilidades de intervenção do Serviço Social na promoção do direito à educação básica.

O Plano de Ação das equipes multiprofissionais detalha estratégias como a Busca Ativa Escolar e ações socioemocionais, fundamentais para combater a evasão e promover a inclusão. A prática do Serviço Social no ambiente escolar requer análise crítica das expressões da questão social, como violência, preconceito e exclusão. A articulação intersetorial e a mediação com famílias e comunidades são estratégias centrais para fortalecer a inclusão e combater a precarização do ensino. Os resultados foram comparados com a legislação vigente e com estudos sobre práticas de inclusão e atendimento socioeducativo. A análise de relatórios da Busca Ativa Escolar

demonstrou resultados consistentes com as orientações metodológicas propostas por Yin (2018) e Lima & Miotto (2007).

Miracema do Tocantins possui uma população estimada de 18.566 habitantes, com um índice de alfabetização de 89,3%. O município conta com 15 escolas públicas, sendo 9 de ensino fundamental e 6 de ensino médio. Os principais desafios educacionais identificados incluem a falta de infraestrutura adequada, a alta taxa de evasão escolar e a escassez de profissionais especializados para atendimento multiprofissional. A pesquisa contemplou seis escolas públicas municipais, cujo total de alunos é de 3.240, com 210 professores, 18 psicólogos, 12 assistentes sociais e 42 pedagogos. Todas as escolas possuem bibliotecas e laboratórios de informática, mas quatro delas carecem de espaços adequados para atendimento socioemocional.

A discussão revelou desafios estruturais e possibilidades de intervenção do assistente social na promoção do direito à educação básica. Os principais desafios identificados incluem a evasão escolar, que apresenta uma taxa de 12,3% na região Norte, acima da média nacional de 7,6%; a infraestrutura escolar inadequada para atendimento psicossocial; e o engajamento familiar reduzido, com apenas 65% de adesão às reuniões escolares.

O Plano de Ação das equipes multiprofissionais detalha estratégias como a Busca Ativa Escolar e a implementação de intervenções socioemocionais. As principais atividades desenvolvidas incluem acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade, mediação de conflitos escolares e parcerias intersetoriais com CRAS, CREAS e unidades de saúde. A pesquisa analisou se as atividades desenvolvidas pelos profissionais estão alinhadas às diretrizes do CFESS presentes no documento Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Educação. O estudo revelou que, apesar dos avanços, ainda existem lacunas na implementação das diretrizes, especialmente no que diz respeito à participação ativa dos assistentes sociais em instâncias de controle social e gestão democrática da educação.

O documento do CFESS destaca que o assistente social deve atuar na prevenção do abandono e da evasão escolar, contribuir para a formulação de políticas públicas educacionais e promover a articulação entre escola, família e comunidade. Os resultados demonstram que, enquanto os assistentes sociais têm desempenhado um papel relevante na redução da evasão e no fortalecimento do vínculo escola-comunidade, ainda há desafios na inserção efetiva desses profissionais nas equipes gestoras da educação pública.

A pesquisa evidencia que o modelo neoliberal, ao desvalorizar o papel do Estado, aprofunda as desigualdades educacionais e limita o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade às oportunidades de aprendizado. A atuação do assistente social deve priorizar a construção de estratégias que enfrentem as barreiras impostas por esse modelo econômico, promovendo a justiça social e lutando pela garantia do acesso universal à educação.

A pesquisa evidencia disparidades significativas no acesso e na qualidade da educação básica, especialmente em regiões como Norte e Centro-Oeste. A precariedade no ensino público reflete a desigualdade estrutural imposta pela lógica neoliberal, agravada durante a pandemia de Covid-19.

A análise dos documentos confirma que o neoliberalismo, ao priorizar o mercado em detrimento do papel do Estado, contribuiu para o desinvestimento na educação pública. Como aponta a literatura, a luta de classes está intrinsecamente ligada à exclusão educacional. O assistente social, nesse contexto, atua como mediador entre as demandas sociais e as políticas públicas, enfrentando desafios como evasão escolar e desigualdades estruturais.

Os dados quantitativos sobre evasão escolar e os indicadores educacionais foram cruzados com as disposições legais da Lei 13.935/2019 e com os referenciais teóricos sobre neoliberalismo e luta de classes (Netto, 2001; Guerra, 2004). Isso permitiu identificar as contradições entre a teoria e a prática da educação pública no Brasil.

Tabela 1 – Indicadores

<b>Indicadores Educacionais</b>	<b>Média Nacional (%)</b>	<b>Região Norte (%)</b>	<b>Região Centro-Oeste (%)</b>
Evasão Escolar no Ensino Médio	7,6	12,3	9,8
Proficiência em Matemática (SAEB)	38	24	32
Taxa de Escolarização (15-17 anos)	89,2	77,5	83,1

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das 6 escolas analisadas.

Os dados indicam que a exclusão educacional está intrinsecamente ligada às condições socioeconômicas, reforçando a desigualdade histórica. A atuação do assistente social é fundamental nesse cenário, articulando políticas públicas para combater a exclusão e promover o acesso universal à educação.

A Lei 13.935/2019 foi identificada como um marco importante para a inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas. Contudo, sua implementação enfrenta desafios, como limitações orçamentárias e resistências políticas.

Tabela 2 – Lei 13.935/2019

<b>Aspectos da Lei 13.935/2019</b>	<b>Avanços</b>	<b>Desafios</b>
Inclusão no FUNDEB	Viabilização do financiamento para contratação de profissionais.	Resistência de estados e municípios em criar cargos específicos.
Regulamentação	Disponibilização de minuta para orientação das unidades escolares.	Falta de clareza e uniformidade na implementação.

Articulação Intersetorial	Potencial para integração entre saúde, assistência social e educação.	Ausência de planejamento estratégico para operacionalizar essa articulação.
---------------------------	---	---

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

A Lei 13.935/2019 promove avanços ao incluir psicólogos e assistentes sociais na educação básica, mas a implementação enfrenta desafios como falta de recursos e resistência política. Embora a legislação represente um marco importante, a precariedade de recursos e a sobrecarga das equipes comprometem a efetividade das políticas. O trabalho intersetorial e o fortalecimento da formação continuada são estratégias que podem mitigar essas limitações.

A análise documental dos PPPs das escolas de Miracema/TO foi triangulada com dados sobre implementação da legislação em nível nacional e os referenciais teóricos sobre políticas públicas inclusivas.

Apesar dos avanços, a escassez de recursos e a sobrecarga das equipes limitam a efetividade das ações. A necessidade de maior investimento público e planejamento integrado é evidente. Ações como rodas de conversa, palestras e campanhas temáticas têm se mostrado eficazes na promoção de habilidades socioemocionais e na redução da evasão escolar.

Tabela 3 - Intervenções Sociopsicopedagógicas e Inclusão Educacional

<b>Ação Desenvolvida</b>	<b>Impacto Observado</b>
Roda de Conversa sobre Bullying	Redução de 15% nos casos relatados.
Palestras sobre Saúde Mental	Aumento de 20% na busca por apoio psicossocial pelos estudantes.
Campanha Setembro Amarelo	Maior engajamento em atividades relacionadas à prevenção do suicídio.
Atividades Recreativas e Culturais	Melhoria no ambiente escolar e aumento do protagonismo estudantil.

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

Ações como rodas de conversa, palestras e campanhas temáticas promovem habilidades socioemocionais, reduzindo evasão e criando um ambiente escolar mais inclusivo. As estratégias descritas têm impacto positivo na permanência escolar e no fortalecimento do vínculo com a escola. No entanto, há necessidade de maior integração entre as ações planejadas e os indicadores educacionais, como proficiência em Matemática e Língua Portuguesa.

Os dados das campanhas temáticas foram analisados à luz dos resultados das avaliações educacionais e das teorias de pedagogia crítica, conforme proposto por Freire (1996). A triangulação revelou coerência entre as práticas descritas e as metas pedagógicas.

Essas intervenções criam um ambiente mais acolhedor, promovendo a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade. As condições precárias de infraestrutura e a falta de engajamento familiar são barreiras recorrentes para a implementação de políticas educacionais efetivas.

O Serviço Social é importante para as ações educacionais ao atuar diretamente nas questões sociais que impactam o ambiente escolar. No contexto das intervenções sociopsicopedagógicas, contribui de maneira significativa na mediação de conflitos, na promoção da inclusão e na garantia de direitos, especialmente para os alunos em situação de vulnerabilidade social. Através da realização de rodas de conversa, palestras sobre temas como bullying e saúde mental, e campanhas como o Setembro Amarelo, o profissional tem contribuído para a criação de um espaço mais acolhedor e inclusivo, propício ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes.

Essas ações são fundamentais, pois o Assistente Social é quem garante a articulação entre a equipe pedagógica, as famílias e os alunos, potencializando os impactos dessas estratégias. A presença do profissional aliada à aplicação das estratégias de apoio psicossocial, contribui diretamente para o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola e para a promoção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Tabela 4 - Desafios Estruturais e Possibilidades de Avanço

<b>Aspecto Avaliado</b>	<b>Limitações Identificadas</b>	<b>Propostas de Melhoria</b>
-------------------------	---------------------------------	------------------------------

Infraestrutura Escolar	Espaços inadequados para atendimento socioemocional.	Investimento em reformas e ampliação de instalações escolares.
Engajamento Familiar	Participação limitada nas reuniões escolares (65% de adesão média).	Campanhas de sensibilização e uso de tecnologias para comunicação mais eficaz.
Formação Continuada	Capacitação insuficiente para lidar com demandas específicas.	Ampliação de programas de formação para equipes multiprofissionais.

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

O enfrentamento desses desafios exige comprometimento político e institucional para assegurar o direito à educação de qualidade. A atuação do Serviço Social tem demonstrado impacto positivo na redução da evasão escolar e no fortalecimento da integração escola-comunidade. O Programa de Busca Ativa Escolar é um exemplo de sucesso.

Tabela 5 - Contribuições do Serviço Social na Permanência Escolar

<b>Indicador</b>	<b>Ano Anterior</b>	<b>Ano Atual</b>	<b>Variação (%)</b>
Taxa de Evasão Escolar	10,5	8,7	-17%
Reintegração de Estudantes	250	315	+26%
Participação em Atividades Educativas	72%	81%	+9%

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

Esses resultados mostram que estratégias personalizadas e articulações intersetoriais são diferenciais do Serviço Social no ambiente escolar. A atuação do Serviço Social nas escolas tem se mostrado um diferencial na identificação e enfrentamento das expressões da questão social. Profissionais de Serviço Social têm sido fundamentais na mediação entre estudantes, famílias e comunidade escolar, contribuindo para a redução de desigualdades educacionais e sociais.

Tabela 6 - A Integração do Serviço Social no Ambiente Escolar

<b>Dimensão da Atuação</b>	<b>Principais Ações</b>	<b>Impactos Observados</b>
Articulação Escola-Comunidade	Visitas domiciliares, reuniões com famílias e campanhas educativas.	Maior adesão familiar às reuniões escolares (+15%).
Apoio Psicossocial	Atendimento individualizado e rodas de conversa.	Redução de 20% em casos de evasão escolar.
Mediação Intersetorial	Parcerias com CRAS, CREAS e serviços de saúde.	Ampliação do acesso a políticas públicas por parte das famílias.

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

A inserção do Serviço Social no ambiente escolar permite que a escola se torne um espaço mais inclusivo e acolhedor, promovendo o bem-estar integral dos estudantes e suas famílias.

A pesquisa evidencia que o modelo neoliberal, ao desvalorizar o papel do Estado, aprofunda as desigualdades educacionais e limita o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade às oportunidades de aprendizado. A lógica mercadológica transfere responsabilidades para o setor privado, reforçando a exclusão social.

Tabela 7 - O Neoliberalismo e os Desafios na Educação Básica

<b>Impactos do Neoliberalismo na Educação</b>	<b>Evidências</b>
Redução do Investimento Público	Diminuição de recursos para infraestrutura e formação docente.
Crescimento da Educação Privada	Maior segmentação social no acesso à educação de qualidade.
Desigualdade Regional	Disparidades acentuadas entre escolas públicas de diferentes regiões.

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

A atuação do Serviço Social deve priorizar a construção de estratégias que enfrentem as barreiras impostas por esse modelo econômico, promovendo a justiça social e lutando pela garantia do acesso universal à educação. O fortalecimento do papel do Serviço Social na educação requer investimentos em formação continuada, integração intersetorial e políticas públicas que valorizem a educação pública como um direito social.

A atuação do Serviço Social na educação deve focar na construção de estratégias que enfrentem as barreiras impostas pelo modelo econômico neoliberal, promovendo justiça social e garantindo o acesso universal à educação. Para isso, é essencial investir em formação continuada para os profissionais da área, garantindo capacitação em temas como gestão de conflitos, direitos humanos e habilidades socioemocionais, além de integrar essa formação com a realidade das escolas e as necessidades locais.

A integração intersetorial também é fundamental, envolvendo a colaboração entre os serviços de saúde, assistência social e educação. Programas como o Programa de Busca Ativa Escolar são exemplos de como essa colaboração pode ser eficaz para identificar e acolher alunos em situação de vulnerabilidade, garantindo que recebam o apoio necessário.

É importante fortalecer as políticas públicas de inclusão educacional, criando planos de ação que garantam acesso à educação para todos, especialmente para grupos vulneráveis, como crianças com deficiência, indígenas e quilombolas. A educação pública deve ser valorizada como um direito social, com investimentos em infraestrutura escolar, adequação de espaços e fornecimento de materiais didáticos.

Ações como rodas de conversa, palestras e campanhas temáticas, como o Setembro Amarelo, são eficazes para promover habilidades socioemocionais e reduzir a evasão escolar, criando um ambiente escolar mais inclusivo. O fortalecimento da participação familiar nas decisões educacionais também é vital, por meio de capacitações e campanhas de sensibilização que aumentem a adesão das famílias ao processo educacional.

Essas ações integradas, que envolvem o fortalecimento das políticas públicas, a capacitação profissional e a colaboração intersetorial, são essenciais para garantir o acesso à educação de qualidade e para promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

A educação pública deve ser entendida como um direito fundamental e um instrumento de emancipação social. Contudo, o alcance desse objetivo enfrenta desafios estruturais e políticos que comprometem a igualdade de oportunidades. A luta por uma educação pública de qualidade requer o enfrentamento das desigualdades impostas pelo neoliberalismo, que privilegia o mercado em detrimento do bem-estar social. O Serviço Social, como agente de transformação, deve continuar articulando políticas públicas que assegurem o direito à educação para todos.

Tabela 8 - Educação e Emancipação Social

<b>Dimensão</b>	<b>Desafios</b>	<b>Possibilidades</b>
Inclusão Escolar	Altos índices de evasão e exclusão de grupos vulneráveis.	Implementação de programas de busca ativa e acolhimento contínuo.
Formação Profissional	Falta de capacitação específica para as demandas escolares.	Ampliação de programas de formação para equipes multiprofissionais.
Sustentabilidade de Políticas Públicas	Limitação de recursos e resistências políticas locais.	Articulação intersetorial e mobilização comunitária.

Fonte: Dados coletados a partir de relatórios escolares e Plano de Ação 2024 das escolas analisadas.

Os documentos indicam lacunas na infraestrutura escolar, insuficiência de recursos e falta de engajamento familiar como barreiras recorrentes. A precariedade estrutural reflete os efeitos do subfinanciamento da educação pública no Brasil. Superar esses desafios exige compromisso político e alocação estratégica de recursos. A integração de novas tecnologias e metodologias participativas é fundamental para potencializar os resultados.

Os desafios estruturais descritos foram triangulados com estudos sobre desigualdade educacional (UNICEF, 2021) e os dados do Plano de Ação das escolas, reforçando a necessidade de maior investimento público e fortalecimento das políticas intersetoriais. O fortalecimento das políticas educacionais e a valorização do Serviço Social são passos essenciais para transformar o cenário atual e construir uma educação pública mais equitativa e inclusiva.

O contexto neoliberal impõe desafios significativos à educação básica brasileira, aprofundando desigualdades regionais e sociais. A pesquisa revela que, enquanto as escolas públicas enfrentam precarização devido à insuficiência de recursos e à desvalorização do ensino, a educação privada se fortalece como um privilégio acessível apenas às classes mais favorecidas. A lógica mercadológica do neoliberalismo transfere responsabilidades do Estado para o setor privado, o que amplifica as disparidades no acesso à educação de qualidade. Nesse cenário, a atuação do Serviço Social torna-se imprescindível para articular políticas públicas e criar estratégias que enfrentem as barreiras estruturais impostas por esse modelo econômico.

As iniciativas realizadas por equipes multiprofissionais nas escolas evidenciam a importância da articulação intersetorial para enfrentar os desafios educacionais. Parcerias com CRAS, CREAS e serviços de saúde têm ampliado o acesso a políticas públicas, fortalecendo a rede de apoio aos estudantes e suas famílias. Além disso, campanhas temáticas como "Setembro Amarelo" e "Semana da Pessoa com Deficiência" promovem conscientização e inclusão, tornando o ambiente escolar mais acolhedor e equitativo. Essas ações, aliadas ao trabalho de busca ativa escolar, mostram resultados promissores na redução da evasão e na ampliação do protagonismo juvenil.

Apesar dos avanços, os desafios estruturais e políticos ainda comprometem o alcance de uma educação pública de qualidade. A insuficiência de recursos materiais e humanos, aliada à desvalorização do trabalho do assistente social nas escolas, limita a implementação de ações mais abrangentes. A falta de capacitação específica para os profissionais envolvidos também representa uma barreira para a consolidação de metodologias inovadoras e inclusivas. Nesse sentido, a formação continuada e o investimento em infraestrutura são prioridades que precisam ser abordadas para garantir uma atuação mais eficaz e transformadora.

A trajetória histórica do neoliberalismo demonstra um impacto direto na redução do financiamento público para a educação, resultando em maior segmentação social. Essa realidade reforça a luta de classes no contexto educacional, em que o acesso a oportunidades permanece condicionado às condições socioeconômicas dos estudantes. O Serviço Social, ao reconhecer essas contradições, tem a oportunidade de atuar como um agente de transformação social, articulando políticas públicas que promovam a justiça social e a equidade no acesso à educação. Essa prática exige

uma abordagem crítica e reflexiva, considerando a educação como um direito universal e um instrumento de emancipação.

O fortalecimento do papel do Serviço Social no campo educacional depende de estratégias que integrem ações pedagógicas e sociais. Investimentos em formação continuada, metodologias participativas e parcerias intersetoriais visando ampliar o impacto das intervenções, promovendo o bem-estar integral dos estudantes. O protagonismo estudantil deve ser incentivado, por meio de grêmios escolares e clubes temáticos, para desenvolver competências socioemocionais e fortalecer a cidadania.

A análise final reafirma que a educação pública brasileira precisa ser compreendida como um direito fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Apesar dos desafios impostos pelo contexto neoliberal, a atuação do Serviço Social no ambiente escolar representa uma possibilidade concreta de transformação. Ao articular políticas públicas, promover inclusão e combater desigualdades, esses profissionais contribuem para uma educação pública mais equitativa e acessível, garantindo que os estudantes tenham as condições necessárias para alcançar seu pleno desenvolvimento.

As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nas escolas demonstram consonância parcial com as orientações do CFESS. Em relação ao atendimento de alunos em situação de vulnerabilidade e ao acompanhamento familiar, observou-se que os profissionais atuam ativamente para garantir o acesso à educação e a permanência escolar, conforme preconizado pelo CFESS. Mas, a participação desses profissionais em espaços de controle social, como conselhos escolares e conferências municipais de educação, ainda é limitada, o que impacta a construção de políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às demandas da comunidade escolar.

Outra lacuna identificada diz respeito à ausência de planejamento estratégico para a integração efetiva do assistente social na formulação de diretrizes pedagógicas e na promoção de uma educação inclusiva. As diretrizes do CFESS enfatizam a necessidade de articulação intersetorial e o fortalecimento das equipes multiprofissionais, porém, na prática, os assistentes sociais ainda enfrentam dificuldades em estabelecer um fluxo contínuo de trabalho com outras áreas, como saúde e assistência social.

Diante dessas constatações, torna-se essencial que haja investimentos na capacitação contínua dos assistentes sociais para ampliar sua participação nos processos de gestão educacional. A criação de espaços formais de atuação dentro

das unidades escolares pode fortalecer a efetividade de suas ações, tornando o trabalho desses profissionais mais integrado e impactante. Para garantir que as diretrizes do CFESS sejam implementadas de maneira mais ampla, recomenda-se a promoção de formações específicas para os assistentes sociais sobre estratégias de mobilização comunitária, mediação de conflitos e gestão democrática da educação. Essas ações podem contribuir para uma atuação mais consistente e alinhada aos princípios de equidade e justiça social defendidos pelo CFESS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou os desafios e as perspectivas da atuação do Assistente Social no contexto educacional, considerando as contradições estruturais geradas pelo modelo neoliberal e suas repercussões no direito à educação. O estudo evidenciou que, apesar dos avanços em políticas como a Lei 13.935/2019, que inseriu assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas, os desafios são persistentes e multifacetados, exigindo um esforço contínuo para superar as barreiras estruturais, políticas e financeiras que ainda comprometem a plena efetividade dessas ações.

O papel do Serviço Social na educação vai além da simples intervenção em questões sociais pontuais; ele está intimamente ligado à promoção da justiça social, à defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento das desigualdades educacionais. O Assistente Social, ao integrar equipes multidisciplinares, desempenha um papel fundamental na articulação entre as escolas, as famílias e a comunidade, contribuindo significativamente para a redução da evasão escolar, a melhoria do ambiente escolar e a promoção de uma educação mais inclusiva.

Contudo, os resultados da pesquisa indicam que a implementação da Lei 13.935/2019 ainda enfrenta obstáculos consideráveis. A resistência política, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais e a sobrecarga das equipes dificultam a plena inserção dos assistentes sociais nas práticas pedagógicas e na gestão educacional. A escassa participação desses profissionais em espaços de gestão e controle social, como conselhos escolares e conferências educacionais, limita o alcance das políticas públicas e impede a construção de uma educação mais democrática e equitativa.

A pesquisa também revelou a importância da integração intersetorial como estratégia eficaz para lidar com as múltiplas expressões da questão social no contexto escolar. A colaboração entre os serviços de saúde, assistência social e educação, exemplificada pela Busca Ativa Escolar e outras iniciativas socioemocionais, tem mostrado resultados positivos, embora ainda careça de maior planejamento e recursos para se consolidar de forma mais abrangente.

Portanto, a principal conclusão deste estudo é que, embora o Serviço Social tenha avançado como profissão na educação, sua atuação precisa ser mais integrada aos processos de gestão educacional. A formação continuada dos profissionais, a ampliação da participação dos assistentes sociais nas equipes gestoras e a maior

valorização das políticas públicas educacionais são medidas essenciais para garantir uma educação pública mais inclusiva e acessível a todos. O trabalho do Assistente Social é um pilar para transformar a realidade educacional brasileira, mas exige um compromisso mais firme do Estado e da sociedade para que os direitos educacionais sejam, de fato, universalizados e garantidos a todos, sem distinção.

A luta pela educação como um direito social universal deve ser entendida como uma prioridade para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. O Serviço Social, no contexto educacional, tem um papel fundamental nesse processo, contribuindo de forma decisiva para a superação das desigualdades educacionais e sociais, e promovendo a efetivação do direito à educação para todos os cidadãos, especialmente aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. **Neoliberalismo**: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, jan./abr. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, J. O Estado, a Educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: fevereiro de 2025.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2008.
- CARRETERO, G. H. Transformações do capitalismo e formação do indivíduo: contribuições da Escola de Frankfurt na análise das eleições presidenciais nos EUA e B. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. 2, maio/ago. 2019.
- CASTRO, J. A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, out. 2009
- CHAVES, H. L. A.; ARCOVERDE, A. C. B. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, maio-ago. 2021.
- CFESS. **Cartilha Bandeiras de Lutas**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas-2019versaofinal.pdf>> Acesso em: julho de 2023.
- CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na educação**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: julho de 2023.

CFP. **Lei 13.935/2019: CFP, CFESS e entidades da Psicologia e do Serviço Social se reúnem com Undime.** 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/lei-13-935-2019-cfp-cfess-e-entidades-da-psicologia-e-do-servico-social-se-reunem-com-undime/>>. Acesso em: junho de 2023.

CRP. **Lei 13.935 determina a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas públicas.** 2020. Disponível em: <<https://crpsc.org.br/noticias/lei-13-935-determina-a-presenca-de-psicologas-os-e-assistentes-sociais-nas-escolas-publicas>>. Acesso em: junho de 2023.

CORATO, C. Formação social brasileira: interface com as relações raciais. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, 2020.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DENTZ, M.; SILVA, R. R. D. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, nº 121, p. 7-31, 2015.

DENZIN, N. K.. **Strategies of multiple triangulation.** The research act: A theoretical introduction to sociological methods. 1970.

DENZIN, N. K. **The research act:** A theoretical introduction to sociological methods (2nd ed.). McGraw-Hill. 1978.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, ago. 2009.

DIAS, A.; PINTO, M. Impactos da pandemia na educação e políticas públicas emergenciais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 2, p. 56-78, 2020.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, 2018.

FALEIROS, V. P. **O trabalho da política:** saúde e segurança dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Y. A. A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha:** estudos de política e teoria social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 10, 2004.

GUERRA, Y., et al. (org.) **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

HERNANDORENA, C.; SCHNEIDER, D. **O Serviço Social na educação:** perspectivas e desafios. São Paulo: Cortez, 2012

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Capital Fetiche: A mercantilização da vida e da profissão**. Cortez, 2018.

LAGARES, R. A educação no Tocantins no cenário da Pandemia do novo coronavírus: Desvelamento de desigualdades. **Revista Educação Básica em Foco**, v.1, n1, abril a junho de 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 6. ed. Cortez. São Paulo: 2002.

LIMA, S. C. T; MIOTO, T. C. R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Ensaio Rev. Katálysis**, 2007.

MANDEL, E. **A Crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARTINS, C. B. E. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Puc, SP. 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K. **O Capital - crítica da economia política**. Livro I - O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MACHADO, M.; GANZELI, P. A Constituição de 1988 e a garantia do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 142, p. 203-224, 2018.

MARTÍNEZ, A. M. O. Psicólogo na Construção da Proposta Pedagógica na escola. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). **Psicologia escolar, ética e competências na formação e atuação profissional**. Campinas: Alínea, 2010.

NEVES, M. M. B., ALMEIDA, S. F. C. A atuação da psicologia escolar no atendimento aos alunos encaminhados com queixas escolares. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). **Psicologia escolar, ética e competências na formação e atuação profissional**. Campinas: Alínea, 2010. cap. 4 p. 83-103.

NOVAES, M. H. A. Repensando a Formação e o Exercício Profissional do Psicólogo Escolar na Sociedade Pós-Moderna. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). **Psicologia escolar, ética e competências na formação e atuação profissional**. Campinas: Alínea, 2010.

OLIVEIRA, M. K.; TEIXEIRA, E. A questão da periodização do desenvolvimento psicológico. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. **Psicologia**,

**Educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Editora Moderna, 2002. cap. 01, p. 23-46.

PATTON, M. Q. Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. **Health services research**, v. 34, n. 5, pt. 2, p. 1189–1208. 1999.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, J. **Teoria social:** fundamentos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, P. A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 715-739, dez. 2012.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RIBEIRO, S.L.S. **Educação e formação:** Bandeiras de luta para um movimento social. Trabalho e educação. Belo Horizonte, 2012.

SAAD FILHO, A. **Brasil:** neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Biotempo, 2018.

SOUZA, A. C. de. O surgimento do serviço social na sociedade capitalista: reflexões sobre a inserção da/o assistente social na área da saúde. **Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021.

TEIXEIRA, Ney Luiz Almeida. **Serviço Social e Educação no Brasil:** Análises e perspectivas. Editora Navegando, 2020.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil:** um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: janeiro de 2025.

UNICEF. **Situação da Infância e Adolescência no Brasil 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VASCONCELOS, A. M. A. **O Assistente Social na luta de classes:** Projeto profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

WACQUANT, L. A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre workfare e prisonfare. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro - RJ, Vol. 3, nº 1, 2012.

YAZBEK, C. **Política Social e Educação:** Desafios contemporâneos. Cortez, 2019.

YANNOULAS, S. C.; SOUZA, S. A. **Equipes Escolares:** multidisciplinariedade e intersetorialidade. Brasília, 2016.

YIN, R. K.. **Case study research and applications: Design and methods** (6th ed.). Sage Publications. 2018.